

Revolução

Unir organizar lutar

**Contra
o aumento
do custo de vida**



**Contra
o desemprego**



**Contra
a repressão**



PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

MAO TSE-TUNG — SETEMBRO DE 1973

CONTRA O LIBERALISMO

Somos pela luta ideológica activa porque é uma arma para se alcançar a unidade interna do Partido e das demais organizações revolucionárias, em benefício do nosso combate. Todos os comunistas e revolucionários devem empunhar essa arma.

O liberalismo, porém, rejeita a luta ideológica e preconiza uma harmonia sem princípios, o que dá lugar a um estilo decadente e fariseu, provocando a degenerescência política de certas entidades e indivíduos no Partido e noutras organizações revolucionárias.

O liberalismo manifesta-se sob várias formas:

Constatamos que alguém está a agir mal mas, como se trata de um velho conhecido, de um confrãdo, de um discípulo, de um amigo íntimo, de uma pessoa querida, de uma antiga colega ou subordinado, não nos empenhamos numa discussão de fundo, e preocupamo-nos em manter a paz a amizade. Ou então, para termos a boa harmonia, não fazemos mais do que críticas ligeiras, em vez de irmos até ao fundo. Assim, tanto a colectividade como o indivíduo ficam prejudicados. Essa é uma primeira forma de liberalismo.

Fazemos críticas irresponsáveis em privado, em vez de colocarmos activamente sugestões à organização. Nada dizemos de frente às pessoas, mas andamos com cochichos nas suas costas; calamo-nos nas reuniões, e falamos a torto e a direito fora delas. Não ligamos aos princípios da vida colectiva, e deixamo-nos levar pelas inclinações pessoais. É uma segunda forma de liberalismo.

Desinteressamo-nos completamente por tudo o que não nos afecta pessoalmente; mesmo quando temos plena consciência de que algo não vai bem, falamos disso o menos possível; deixamo-nos ficar habitualmente numa posição encoberta, tendo a preocupação de não sermos apanhados em falta. É uma terceira forma de liberalismo.

Em vez de refutar e combater as opiniões erradas, no interesse da união, do avanço e da boa realização do trabalho, entregamo-nos a ataques pessoais, fazemos intrigas, expelimos os nossos rancores e procuramos vingar-nos. Eis uma quarta forma de liberalismo.

Ouvimos opiniões erradas e não as rebatemos, e deixamos até passar sem informar sobre elas, expressões contra-revolucionárias, aceitando-as tranquilamente como se de nada se tratasse. É uma sexta forma de liberalismo.

Quando nos encontramos no seio das massas e não fazemos propaganda nem agitação, não usamos da palavra, não investigamos, não fazemos perguntas e ficamos indiferentes, esquecendo-nos que somos comunistas e comportando-nos como uma pessoa qualquer. É uma sétima forma de liberalismo.

Não nos indignamos ao ver que alguém prejudica os interesses das massas; não o dizemos, nem impedimos a sua acção; não discutimos com essa pessoa sobre o que ela faz mas deixamo-la seguir. Essa é uma oitava forma de liberalismo.

Não trabalharmos seriamente, mas apenas para cumprir formalidades sem plano e orientação determinada, passamos os dias a vegetar — «enquanto for sacristão, contentar-me-ei em tocar os sinos». Essa é uma nona forma de liberalismo.

Julgamos ter prestado grandes serviços à revolução e damo-nos ares de veteranos; somos incapazes de fazer grandes coisas mas desdenhamos as tarefas pequenas; relaxamo-nos ao trabalho e no estudo. Eis uma décima forma de liberalismo.

Cometemos erros, damo-nos conta deles mas não queremos corrigi-los, dando assim uma prova de liberalismo para com nós mesmos. Eis a décima primeira forma de liberalismo.

Poderíamos citar mais alguns exemplos, mas os onze acima indicados são os principais.

Todos eles constituem manifestações do liberalismo.

O liberalismo é extremamente prejudicial nas organizações revolucionárias. É um corrosivo que desfaz a unidade, debilita a coesão, causa passividade e provoca dissensões. Priva as fileiras revolucionárias de uma sólida organização e de uma rigorosa disciplina, impedindo a completa aplicação da sua política, e separa as organizações do Partido das massas populares a que este se dirige. É uma tendência extremamente perniciosa.

A origem do liberalismo está no egoísmo da pequena-burguesia, que coloca os interesses pessoais em primeiro lugar e relega para segundo plano os interesses da revolução. É dela que nasce o liberalismo ideológico, político e organizativo.

Os liberais consideram os princípios do marxismo como dogmas abstractos. Aprovam o marxismo mas não estão dispostos a pô-lo em prática ou a pô-lo integralmente em prática; não estão dispostos a substituir o liberalismo pelo marxismo.

Arma-se tanto de um como de outro: falam de marxismo mas praticam o liberalismo; aplicam o primeiro aos outros e o segundo a si próprio. Levam os dois na bagagem e encontram uma aplicação para cada um. É assim que pensam certas pessoas.

O liberalismo constitui uma manifestação de oportunismo e é radicalmente oposto ao marxismo. É negativo e, objectivamente, faz o jogo do inimigo. Daí que este se alegre se nas nossas fileiras existe o liberalismo. Por ser essa a sua natureza não deve haver lugar para o liberalismo nas fileiras revolucionárias.

Devemos usar o espírito marxista, que é positivo, para superar o liberalismo, que é negativo. O comunista deve ser sincero e franco, leal e activo, pôr os interesses da revolução acima da sua própria vida e subordinar os seus interesses pessoais aos da revolução; em todo o momento e lugar, há que aderir aos princípios justos e lutar infatigavelmente contra todas as ideias e acções incorrectas, a fim de consolidar a vida colectiva do Partido e a ligação deste com as massas; há que nos preocuparmos mais com o Partido e as massas do que com qualquer indivíduo, e mais com os outros do que com nós próprios. Só uma pessoa assim é digna de se chamar comunista.

Todos os comunistas fiéis, francos, activos e honrados devem unir-se para combater as tendências liberais, que certas pessoas têm, e encaminhá-las para o caminho correcto. Eis aqui uma das nossas tarefas na frente ideológica.

Porte-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/57317/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/57317/573670

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315735/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, rº 33

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, n.º 60

MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, n.º 16

ARGEA — Tel. 92169

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo, n.º 142

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, n.º 40

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, n.º 16-17 Tel. 2512807

ALGÈS — Rua Victor Duarte Pedroso, n. 15 — Algès de Cima Tel. 2100337

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Rua Jorge de Sousa (Colégio Frei Agostinho da Cruz)

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267/2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745

QUINTA DA LOMBA — Praça Francisco Xavier

LAVRADIO — Rua dr. José Carca-nal Lobo, n3 12

SINES — Rua Marques de Pombal, n.º 86

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua dr. Cândido Guerreiro, n.º 35

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64-B-C

LOULÉ — Av. José da Costa Meilha, n.º 39-1.º Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Assinatura

Quem considerar me assinante na modalidade abaixo assinada:

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____
PROFISSÃO _____

ASSINAT JRA: Semestral — 9000
— 18500 —

Estrangeiro

ASSINATURA: Semestral — 20000
Anual — 40000

PAGAMENTO: Em cheque
Em vale

TORRÃO

"ISTO NA PODE VOLTAR PRA TRAZ PORQUE ATÃO É CÃ GENTE GANHAVA A LINDA"

Torrão, no concelho de Alcácer, é terra onde os reações ainda não conseguiram arringar os dentes.

Não conseguem mas, como em tantos outros sítios, depois do 25 de Novembro, já começam a dar um ar da sua graça.

O Torrão era em tempos (em tempos ainda não muito distantes!) dominado por meia dúzia de «senhores». Daqueles senhores que, como nos dizia uma velhota «nunca fizeram nada na vida deles...», quessa herança de na fazerem nada já vem de longe».

Um dos «senhores» no Torrão é um filho de João Núncio casado com uma filha do fascista Gonçalves Rapazote. «Senhores» do Torrão eram também os patrões da Casa Gil. Os Gil eram mesmo os maiores latifundiários do Torrão. Para eles trabalharam, de geração em geração, famílias inteiras de assalariados agrícolas alentejanos.

Durante gerações seguidas, os «senhores» da Casa Gil exploraram muitos trabalhadores; chupavam-lhes o sangue quando eles amanhavam a terra, ou quando eles faziam as colheitas, ou quando ao monte levavam o gado. E com o sangue e o suor dessas gerações todas de trabalhadores alentejanos, os Gil, como que a geitos de obra da Divina Providencia (abençoada pelos padres e protegida pelas autoridades civis e militares) construíam grandes solares, faziam festins e viviam à grande e à francesa.

Mas no Torrão como em tantas outras zonas do País, os trabalhadores despertaram das longas trevas da mãe miséria e começaram há já alguns meses, a organizar-se para porem fim à exploração.

Por toda a parte as terras dos agrários foram sendo ocupadas. No dia 1 de Novembro de 1975 chegou



a vez da Casa Gil. Os patrões Gil sabendo que as suas terras não escapariam trataram de salvar o máximo que puderam e disseram aos assalariados que com eles trabalhavam que já que as terras iam ser ocupadas, então que ficassem com elas os que lá trabalhavam.

Com este gesto de falsa boa vontade, o que os Gil queriam era ganhar a confiança dos trabalhadores. E foi assim que eles conseguiram que o feitor que sempre tinha sido um lacaio dos Gil, também viesse a ter lugar na cooperativa.

A cooperativa, a que foi dado o nome de Boa-Hora de Vale de Ranas foi formada em 1 de Novembro de 1975. Para ela entraram umas boas dezenas de trabalhadores (hoje são 78 os coope-

rantes) e entre eles contava-se o feitor da Casa Gil, conhecido por o Bilé.

O Bilé fora em tempos carcereiro e o «senhor» Gil que era, segundo nos contaram trabalhadores no Torrão, director das cadeias civis, levou o Bilé há bem mais de meia dúzia de anos para o Torrão e fe-lo feitor das suas terras.

Ora o Bilé, apesar de ter entrado para a cooperativa continuou a ser um lacaio do patrão. Como ele não se interessava pelo trabalho da cooperativa, os trabalhadores decidiram expulsá-lo.

O Bilé que tinha acompanhado todo o processo de inventariação dos bens existentes nas terras da Casa Gil, há

Continua na pág. 4

PLENÁRIO DE COOPERATIVAS DO DISTRITO DE SETÚBAL

No dia 11 realizou-se na Cooperativa da Nova Esperança, perto de Alcácer do Sal, um plenário de cooperativas das zonas de Alcácer, Grândola, Torrão e Santa Susana.

Esse plenário deveria, em princípio, ter sido uma continuação do plenário de assalariados rurais cooperadores do distrito de Setúbal realizado no dia 23 de Dezembro. Nesse plenário tinha sido aprovada uma proposta de se criarem rapidamente secretariados de cooperativas a nível de freguesia. Estes secretariados teriam, entre outros, os objectivos de: estabelecerem planos de auto-defesa das cooperativas; desenvolverem contactos com as Comissões de Moradores e Trabalhadores no sentido de se pôr em prática um plano de fornecimento de produtos, num combate à exploração dos intermediários e para realizar a ligação dos trabalhadores da cidade com os do campo.

No plenário realizado na Cooperativa Nova Esperança estiveram presentes as seguintes Cooperativas:

Boa Hora, Familiar, Janela, Esperança do Sado, Alentejana, Valbom, 11 de Março, Catarina Eufémia, Nova Vida, Alentejo Vermelho, Bento Gonçalves, Água da Ramada, 18 de Outubro, Evaristo de Sousa Gago, Casebres, Alberges, Montenovio, Marinhais, Soldado Luis e Nova Esperança.

Presentes estiveram também representantes da Comissão de Trabalhadores J. Pimenta e da Comissão de Trabalhadores dos Supermercados Pão de Açúcar e das Comissões de Moradores dos Quatro Caminhos, Bairro Salgado, Quinta da Alegria e Santa Maria Rul, todas de Setúbal e das Comissões de Moradores do Pragal e do Matadouro.

Neste plenário pouco se adiantou no sentido de reforçar as decisões do plenário do dia 23 de Dezembro.

A partir de certo momento a discussão andou mais à volta da venda de produtos agrícolas e efectuar pelas cooperativas em Lisboa, no dia 18, numa jornada que tem o patrocínio político da UDP, do que propriamente na discussão dos problemas para que foi convocado o plenário.

Aliás a acção do dia 18, tem um interesse profundamente reformista. No plenário foi dito que o fim em vista com a festa em Lisboa é unicamente o de mostrar ao povo de Lisboa que o Governo é mentiroso! As cooperativas vão a Lisboa, dizia um cooperador, para mostrarem que podem vender os produtos a muito mais baixos preços do que nas lojas da capital. Ora esta campanha de «boa-vontade» por parte das cooperativas não resolve em nada

os problemas com que os trabalhadores das cooperativas se batem.

O Governo está farto de saber que eliminando os intermediários os produtos agrícolas serão mais baratos. Mas eliminar a actividade intermediária de cerca de 200 000 indivíduos (aproximadamente o número de intermediários) implica opções políticas que o VI Governo não pode nem quer tomar. O VI Governo pretende manter o sistema capitalista e uma das bases sociais de apoio do sistema capitalista é justamente o sector dos intermediários. A campanha de difamação à volta das cooperativas e cooperadores continuará apesar das vindas a Lisboa.

É muito importante que as cooperativas criem e desenvolvam as suas relações com os trabalhadores da cidade; estas relações entre Cooperativas, Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores, deverão ser feitas no sentido de reforçar a aliança de todos os trabalhadores, no combate contra os exploradores.

Esta ligação da cidade com o campo, pode começar a pôr-se em prática através da venda organizada de produtos agrícolas aos trabalhadores da cidade e do fornecimento, a preços justos, às cooperativas, dos produtos e máquinas de que estas necessitam.

É neste sentido que se pretendem criar entrepostos, no distrito de Setúbal, entrepostos estes onde as cooperativas irão colocar os seus produtos e onde as cooperativas também poderão comprar os artigos de que necessitem.

Mas a ligação cidade — campo não pode, sob pena de ser totalmente recuperada pelo sistema capitalista, ter só em vista objectivos imediatos, como seja por exemplo a venda a preços mais baratos dos produtos.

A ligação cidade-campo tem de ser feita numa perspectiva de luta de classes. Há que saber utilizar as questões concretas e os objectivos imediatos, com a intenção de desenvolver a solidariedade dos trabalhadores da cidade e do campo. Há que, com os objectivos imediatos, como seja a venda de produtos pelas comissões de Moradores ou a ajuda às Cooperativas na apanha da azeitona e noutras tarefas, desenvolver a unidade e organização entre as Cooperativas, as Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Moradores.

Só assim se poderá avançar no sentido do desenvolvimento das organizações autónomas dos trabalhadores e no sentido de criar a força dos trabalhadores capaz de opôr-se à repressão fascista e capaz de disputar à burguesia o poder que ela exerce sobre todos os trabalhadores.



TORRÃO

Continuação da pág. 3

cerca de mes e meio apareceu na Cooperativa da Boa-Hora e disse aos cooperadores que ele era dono de cinco coirelas metidas nas terras da cooperativa. Dizia que tinha comprado essas coirelas à Casa Gil.

Os trabalhadores da cooperativa não lhe fizeram caso, e ele então foi apresentar o seu caso à GNR:

«A malta tinha ido apanhar a azeitona para uma coirela e foi lá a GNR a querer expulsar a malta mas nós marimbámos-nos e continuámos a trabalhar» — contava um cooperador da Boa-Hora. Depois disso o Bilé levantou um processo à cooperativa. Mas a malta ganhou a luta pois continuou a apanhar a azeitona e mais ninguém nos disse nada.

Agora surge o problema desta outra coirela. O Bilé manda lá gradar a coirela, pois dizia que a tinha comprado à Casa Gil. A malta ao saber disso foi falar com ele. E então decidimos semear a coirela.

E então nós não tínhamos semente decidimos ir buscá-la a outra cooperativa. Quando íamos para a outra cooperativa, passamos ao pé da coirela e já lá estava uma patrulha da GNR a montar piquete àquilo.

No outro dia fomos então para semear a coirela, chegamos lá de manhã e a GNR mandou parar. Perguntamos porque é que não podíamos semear e eles disseram que eram ordens do comandante do posto. E eu disse, tá bem, então os tractores ficam aqui e não saem daqui. E eles disseram, então andem embora que nós também vamos andando. A seguir a isso convocamos todas as cooperativas e ao meio-dia o cabo manda a comissão de trabalhadores da Boa-Hora apresentar-se no posto. Fomos ao posto e ele continuou a dizer pra nós não teimarmos. E depois ele até acabou por dizer à gente que no regime de Salazar e Franco não se fazia coisas destas; esta foi uma das partes muito «enraçadas» que o gajo disse à malta. Depois o cabo disse que se a gente semeasse a coirela que nos prendia. E eu disse, que para prender a nós tinha que prender muita gente.

Entretanto começaram a aparecer as cooperativas, a malta foi pra coirela e semeamos aquilo.

Tá semeado!

E falando da recente evolução do conflito com o Bilé, o camarada da cooperativa afirmou-nos:

«Ontem, dia 11, eu venho de St.ª Catarina e tenho conhecimento de que tres camaradas nossos estavam no posto da guarda. Quando lá cheguei já estava muita gente convocada lá prá frente do posto. Nós começámos logo a pedir o saneamento daqui do feitor. Nós fomos lá a casa dele e arrombámos a porta. Estavam presentes trabalhadores de várias cooperativas, da comissão de moradores e do sindicato. Tava lá a senhora dele porque ele tinha ido pra Braga prá reunião dos reaçãs».

Um outro trabalhador disse-nos de que tinha provas de que o Bilé quando partiu para Braga, de manhã cedo se tinha juntado na estrada a mais dois carros e que tinham andado a deitar papéis do MDLP. E o camarada da Boa-Hora continuou:

«O gajo não estava e ficou então marcado o plenário para hoje».

Era já noite cerrada quando os trabalhadores das várias cooperativas do Torrão decidiram que se faria um plenário no dia seguinte e que dariam 24 horas ao Bilé para abandonar o Torrão.

Por conversa que tivemos com outros trabalhadores do Torrão pudemos verificar que nem todos os trabalhadores estavam de acordo com a maneira como o processo foi conduzido naquela noite.

Diziam aqueles trabalhadores que o que estava em causa não era se o Bilé devia ou não continuar no Torrão. O que estava em causa eram as conquistas dos trabalhadores do Torrão. E estas conquistas estão intimamente ligadas às conquistas de todos os trabalhadores do Alentejo e às de todos os trabalhadores portugueses.

Quando a reacção começa a mostrar os dentes há que quebrar-lhos.

Quando uma cooperativa é atacada há que mobilizar todas as cooperativas, pois se assim não se fizer, uma a uma todas as cooperativas serão atacadas.

Mas o Bilé não passa de um laiaio dos «senhores» do Torrão. Expulsar o Bilé do Torrão não quer dizer que o Torrão fique limpo dos fascistas. Eles estão lá e mais do que nunca depois do 25 de Novembro começam a tentar organizar uma investida.

Além disso é claro para muitos dos trabalhadores do Torrão que a relação de forças actualmente não é propícia para que o Bilé seja expulso. Isso daria aso às forças repressivas para poderem actuar no Torrão.

O plenário estava marcado para as sete da noite do dia seguinte (dia 12). Entretanto durante o dia forças da GNR e do Exército, vindas de fora, foram-se passeando de capacete e de G3 numa manobra de nitida intimidação.

Depois das sete da noite os trabalhadores foram-se juntando no largo principal do Torrão. Vinham principalmente das cinco cooperativas da freguesia, mas a mobilização nunca chegou a ser muito significativa. Não havia mais de 150 a 200 trabalhadores.

Os representantes das comissões de trabalhadores das cooperativas do Torrão e da comissão de moradores dirigiram-se então ao posto da GNR onde foram recebidos por um oficial. Entretanto já funcionários do Centro de Reforma Agrária de Alcácer se tinham deslocado ao posto e explicado que a cooperativa da Boa-Hora já tinha sido reconhecida pelo secretário de Estado da Reestruturação Agrária.

No posto da GNR, aparentemente, os trabalhadores chegaram a um acordo com o oficial da GNR. Esta compromete-se garantir que os cooperantes podem trabalhar as coirelas, uma vez que a suposta venda das coirelas foi feita quando estava aprovado o pro-

jecto de Reforma Agrária. Por outro lado os trabalhadores acordaram que deveriam desmobilizar o plenário e voltar para as suas casas.

Muitos dos trabalhadores devem ter compreendido que a mobilização era fraca e que além disso a relação de forças não era propícia para que o Bilé fosse expulso do Torrão. Outros trabalhadores não se mostraram satisfeitos por irem para casa sem terem expulsado o Bilé. Diziam que tinham sido enganados pois o Bilé estava a comer lá em baixo com o Zé Patronilho, o Zé Carrão e essa gente toda.

Mais do que nunca as cooperativas tem que se coordenar para poderem responder de uma forma organizada a todas as provocações que sejam feitas a qualquer cooperativa.

As cooperativas tem que organizar-se para enfrentarem não só o Bilé mas todos os bilés do Alentejo. E lá nos ia dizendo uma velhota que se tinha era que acabar com todos os ricos pois eles eram ricos porque roubavam os trabalhadores e juntava:

«Mas olha lá oh me rico, Rais o partam, vá prá puta cu pariu.

Passa por mim e na me fala, Vai jurar que na viu.

Já tu viste algum rico, a um pobre fazer bem?

Só se leva no sentido... mulher do pobre ou filha sa tem.

Por isso vão (os ricos) prá puta cus pariu».

AS ANÁLISES DO "TEMPO"

O semanário «Tempo» de 8-1-76 anuncia na primeira página com destaque «algumas linhas mestras da actual situação política portuguesa e que são extremamente favoráveis ao regime democrático implantado em Portugal». Entre elas: «O Governo conseguiu debelar o alarme provocado pela carência de alimentos» e ainda: «os militares chamados «operacionais» (os que estão dispostos a fazer cumprir o programa do M.F.A. divulgado em 25 de Abril de 1974) (?) e estão já preparados para suportar o aumento de tumultos e greves que, por influência de partidos de esquerda, deverão ser desencadeados a partir da segunda quinzena deste mês, podem também envolver estudantes das Universidades. Será a «grande ofensiva» da esquerda antes das eleições legislativas e que terá a tônica do aumento do custo de vida e na previsível falta de alimentos». Este jornal, que se reconhece de direita, e está de acordo naturalmente com o ministro Salgado Zenha, o qual embora não consiga resolver o problema da falta de alimentos, conseguiu no entanto convencer os portugueses ou pelo menos os telespectadores e os leitores do «Tempo», de que isso não era problema, que ele, ministro das Finanças do VI Governo Provisório, dava a sua palavra de honra de que empregaria os milhões de contos «prometidos» pelo mundo capitalista «sem quaisquer

condições» só a importar toneladas e toneladas de alimentos.

Os trabalhadores portugueses têm há muito tempo consciência da profunda crise económica que o País atravessa, sabem que não são responsáveis por ela, não estão dispostos a pagar com a sua força de trabalho e com a miséria que lhes preparam os senhores sociais-democratas instalados temporariamente no poder à custa da vitória militar de uns quantos militares fascistas.

Efectivamente, os trabalhadores movimentam-se, organizam-se, discutem os seus problemas concretos, estudam soluções, preparam-se para lutar contra a recuperação progressiva que a burguesia pretende fazer das suas conquistas, não estão preocupados com as eleições legislativas, estão preocupados sim com a tática a adoptar nas suas lutas concretas e estão preocupados em se organizar melhor do que antes, para responder como um bloco à tentativa de instauração do fascismo que a burguesia nacional e o imperialismo preparam para este país.

Os trabalhadores têm discutido em assembleias as medidas antipopulares e antioperárias decretadas pelo actual Poder dito «democrático» e «socialista». Têm analisado o comportamento fascista das forças militares e paramilitares, mercenárias do actual Poder.

O NORTE A LIGAÇÃO CIDADE-CAMPO

— Plenário em S. Mamede de Infesta

Em Portugal, no actual momento a burguesia, para impor o seu poder de classe exploradora, procura com todas as forças reorganizar o sistema de domínio que a caracteriza, o capitalismo. Só assim terá garantida a sua sobrevivência.

O desemprego, os despedimentos, o congelamento de salários e o aumento do custo de vida são, entre outras, as condições que faz impor aos trabalhadores para a reconstrução capitalista do poder da burguesia.

Sacrificando assim os interesses da classe trabalhadora, a burguesia vai recuperando os seus privilégios de classe ao mesmo tempo que se vai fazendo indemnizar das perdas que vinha tendo. Só resta saber se os trabalhadores consentirão tal exploração, tal reconstrução de um sistema que não é seu, o fascismo, o capitalismo. Para já os trabalhadores vão resistindo à repressão económica de que são vítimas. Estão mesmo também a reorganizar o seu poder paralelo,

o dos trabalhadores, até à ofensiva final, a tomada do poder. Um exemplo disso é o caso de no passado dia 10, em S. Mamede Infesta, Porto, estavam reunidas 35 comissões de moradores, comissão central dos bairros camarários, conselho revolucionário de moradores do Porto, Sindicato dos Pescadores de Matosinhos, centro revolucionário mineiro de S. Pedro da Cova, 2 cooperativas de consumo, 2 cooperativas de produção e 1 comissão de trabalhadores. Este órgão representativo de trabalhadores aí estiveram discutindo os problemas essenciais que se lhes põem, as táticas a utilizar e a forma de organização autónoma capaz de fazer recuar o avanço da repressão económica da burguesia, o aumento do custo de vida.

Por isso o «Revolução» esteve presente, registando as intervenções mais significativas, chamando a atenção aos camaradas que nos leem para a importância da ligação cidade-campo.

que não os vamos por de fora, empurrando-os para a reacção, não devemos porém adular o nosso processo por compaixão com essas pessoas. Teremos de as chamar a nós, mas não na posição que hoje tem, de lucro indiscriminado e especulativo. Devem ser pagos pelo seu trabalho como qualquer operário, qualquer trabalhador e ser reeducados para uma sociedade diferente.

— Temos que puxar aqueles que estão hesitantes entre o lado dos ex-

ploradores e dos explorados. Temos que avançar com a nossa organização muito forte. Claro que é um bocado lírico pensar que vamos resolver o problema dos camponeses. Nós temos é que ter uma situação de facto para mostrar que não estamos a trabalhar contra isso, mas devemos desenvolver uma forte campanha contra o aumento do custo de vida, mas está-se a fugir ao objectivo fundamental que é exigir do Governo o abaixamento do custo de vida e garantir os proventos aos camponeses.

O Poder e os problemas dos trabalhadores

— Quanto a dizer que o Governo é que devia resolver estes problemas é poesia, numa democracia burguesa como nós vivemos, com medidas fascizantes que pretendem ilegalizar comissões de moradores e trabalhadores, não vamos esperar que o Governo es vá resolver. A classe operária não consegue nada de mão beijada, consegue sim quando anda organizada e mete os pés a caminho, com organização. Falou-se também de financiamento da banca, eu só queria dizer, camaradas, que a banca nacionalizada ao serviço do povo é uma frase muito linda, mas que na prática não traz nada!

— O cooperativismo não pode só por si resolver o problema do custo de vida porque isto é toda uma cadeia a nível nacional dentro da sociedade capitalista e a principal maneira de resolver o problema dos moradores é a ligação directa com os produtores, mas a única maneira de resolver este problema e todos os problemas em geral é só uma, a construção da sociedade socialista. Viemos cá para aprendermos a ligação directa operários-camponeses, porque não tenhamos dúvidas que o campesinato no Norte está dominado por cacicagem, no entanto ele está a organizar-se e a dar exemplos concretos dessa organização, e nós comissões de moradores

e comissões de trabalhadores, devemos também organizarmo-nos para fazermos uma ligação com os conselhos de aldeia que já existem, e com esta ligação obtermos resultados concretos de tal forma que os camponeses que ainda não entraram nesta experiência, vejam que de facto a forma de conseguirem ultrapassar os seus problemas será organizarem-se em cooperativas de produção e os moradores será unirem-se em torno das suas comissões. Pensamos que, e isto é um ponto principal, a questão do poder popular funciona precisamente nesta base de unidade entre os moradores, trabalhadores e camponeses: temos que avançar nestas lutas concretas, como esta do cooperativismo, para resolver problemas imediatos e futuros.

— Os agricultores frisaram o problema de produtos que também lhes ficam muito mais caros, é o caso do sal, que poderia ir directamente das salinas transportado nas camionetas de que nos servimos para o transporte dos fornecimentos, e o caso das colmeias que aqui também são muito mais baratas.

Outro problema que tem que se resolvido é o do financiamento, que presentemente está muito mais difícil de obter, isto é um problema que tem que ser resolvido pelas comissões de moradores.

A organização para a ligação cidade-campo

Outra questão muito importante é a da organização, penso que hoje deveria sair daqui um secretariado.

— Não adianta avançar já com um secretariado porque há ainda muitos problemas a tratar, teremos que pensar em fazer uma nova reunião. As comissões aqui presentes devem agregar-se com outras comissões que tenham mais facilidade de contactos entre si, comecem a trabalhar já por

núcleos havendo depois ligação entre esses núcleos.

— Não devemos ir embora sem sair daqui um trabalho estruturado, temos andado a trabalhar um bocado desligados uns dos outros. A Camara a nível de bairros prevê aumentar as rendas, etc. Qual é a organização que nós temos para responder a isto?

Uma camarada focou há bocado o

Continua na pág. 14

Por uma destruição dos circuitos capitalistas de distribuição

— A troca de produtos com os camponeses, veio da ideia de algumas comissões de moradores formarem uma cooperativa. Surgiu o contacto com os camponeses de Mirandela e a discussão da possibilidade de lhes comprar produtos a preços mais elevados do que o intermediário, vendendo-os aos moradores a preços mais baratos do que os do mercado, estabelecendo desta forma uma ligação entre a cidade e o campo. A primeira iniciativa chamada «Operação pença», constitui na venda de tres mil couves pencas vivas directamente de Mirandela, através de 5 comissões de moradores, que com o apoio da comissão de trabalhadores do BPA conseguiram um financiamento para o arranque da experiência.

Apesar das dificuldades e dos erros cometidos a reacção dos moradores foi bastante favorável cremos que esta experiência nos poderá levar a novas iniciativas com mais coragem e com mais audácia para que no futuro estas trocas directas possam dar o seu fruto.

— Mas atenção camaradas, não podemos ver as coisas com sentido co-

mercial e legalista, pois não podemos competir com mercearias. O que interessa fundamentalmente é ligar as comissões de moradores seus moradores e estes aos camponeses o que se consegue através da venda militante. Por outro lado quando na cidade se comercializa qualquer produto, não há identificação entre quem produz e quem compra, enquanto que indo buscar os produtos a Trás-os-Montes para vender directamente aos moradores, à população que trabalha e que se conhece cria-se uma identidade, cria-se uma ligação entre o campo e a cidade visto que os seus interesses são comuns. Quer dizer, devemos muito mais procurar retirar forças à reacção e unir os trabalhadores da cidade com trabalhadores do campo do que propriamente entrarmos no circuito comercial com perspectiva legalista, que é nem mais nem menos do que prolongarmos o sistema capitalista. É neste sentido que devemos orientar o nosso trabalho, esta é a condição essencial para que ele não fracasse e para que o poder popular seja uma realidade.

Atitudes tácticas para com os pequenos comerciantes

— É importante também quanto a mim, desenvolver um trabalho com os pequenos comerciantes para que eles venham para o nosso lado e não se passem para a contra-revolução.

— Esse é efectivamente um problema que se põe, mas não podemos esquecer que os pequenos comerciantes são em alturas de crise como agora, grandes especuladores. É claro

A QUESTÃO AGRÁRIA (2)

Cooperativas do Distrito de S

No último número do «Revolução», sob o título de «Questão Agrária» apareceu uma tentativa de sistematizar analiticamente experiências feitas no distrito de Setúbal, especialmente no Concelho de Alcácer. Tecem-se no artigo considerações sobre a Reforma Agrária, diplomas legislativos, questões de organização e ligação Cidade-Campo, assim como sobre as tentativas de recuperação por parte do sistema através do VI Governo, da experiência «Cooperativa».

Antes de 25 de Novembro, quando a relação de forças pendia claramente para a esquerda, e os empreendimentos e realizações das massas trabalhadoras se processavam a cadência rápida pondo em questão, a todos os níveis, o Poder da burguesia, viamos os «nossos» governantes tentarem atabalhoadamente, recuperar os avanços do operariado nas cidades e dos trabalhadores rurais nos campos.

Assim, apareceram as nacionalizações de vastos sectores industriais e também a lei da Reforma Agrária.

Citando Lopes Cardoso: «A chamada Lei da Reforma Agrária» acabou na prática por ser um instrumento para legalizar situações de facto. A burguesia no Poder, perante situações que punham em causa o Poder Central, perante situações que na prática eram a demonstração de existência de dois poderes, deliberativos e executivos, o do Governo no interesse da burguesia e o das massas trabalhadoras no interesse das classes despossuídas tentava manter a fachada, legislando. A desagregação do seu Poder (burguesia) esteve bem patente quando o VI Governo se afirmou incapaz de governar, recusando-se a tal por total impossibilidade.

Lopes Cardoso fez uma pequena história verdadeira do processo anterior ao 25 de Novembro, quando fala da necessidade, então de «legalizar» situações de facto. De que lei? Se o senhor ministro está de acordo em declarar que a verdadeira Reforma Agrária se fez à margem da lei e que as situações existentes eram «situações de facto», se o senhor ministro está de acordo que as situações de facto, foram realizadas pelos trabalhadores rurais em seu próprio interesse. Que interesses está defendendo, então, Lopes Cardoso quando quer «a partir de agora o cumprimento da Lei»? Defende, os interesses dos que trabalham ou dos que não trabalham? Interesses dos que fizeram (campesones) a Reforma Agrária ou dos que são contra a Reforma Agrária?

Será que nos quer convencer que a GNR ao espancar trabalhadores está defendendo os interesses de TRABALHADORES?

Bizarra forma de pedagogia!

Depois do 25 de Novembro, que levou a um fortalecimento da direita, os agrários passaram a levantar descaradamente a cabeça e a voz. Concentração em Rio Maior e em Braga, ataques às Cooperativas, plenários, etc.

Lopes Cardoso, do PS, que não é propriamente um esquerdista, é neste momento atacado pelos fascistas e Agrários. O PS pretendendo fazer esquecer que consolidou (?) as suas posições no aparelho de Estado, justamente através do 25 de Novembro em que se tentou eliminar a esquerda, vai tentar capitalizar a seu favor os



ataques de que têm sido alvo por parte da direita. Na imprensa burguesa Lopes Cardoso começa a aparecer como um mártir na defesa dos interesses dos trabalhadores. Coitado. Falando do perigo fascista tenta aliar aos interesses da burguesia «liberal» no Poder sectores do campesinato que veriam em Lopes Cardoso, apesar de tudo, um defensor da Reforma Agrária, agora que «tantas» vezes se levantam contra ela.

No entanto o cumprimento da lei ou a tentativa de a fazer cumprir, vai somente favorecer e estimular a direita. Se Lopes Cardoso quiser evitar de facto que o fascismo regresse, pois que vibre, ou que tente levar o seu partido a vibrar, golpes profundos nos interesses capitalistas e não nos dos trabalhadores. Pois o poder de uns passa pela destruição do poder dos outros.

Lopes Cardoso pronunciou-se sobre as indemnizações. Que serão pagas! Em 75 os créditos concedidos ao comércio (em Portugal há cerca de 200 000 intermediários) foram 6 vezes superiores aos concedidos à Agricultura. Os Cooperadores pagam com juros os seus empréstimos e estão numa situação económica difícil (recebem 160\$00 diários os homens e 120\$00 as mulheres, concedidos pelos crédito de emergência do Ministério da Agricultura) ao mesmo tempo que os fundos públicos serão esbanjados nas indemnizações a duques, barões, etc... Indemnizações essas que se investem como cotas no partido de Spínola e demais muchacos deste país.

Diz Lopes Cardoso «atropelou-se os interesses dos pequenos e médios agricultores, de rendeiros e seareiros, que em nada beneficiaram da Reforma Agrária, sendo obrigados, muitas vezes a integrar-se em unidades cooperativas de produção».

Os seareiros não existem praticamente em zonas extensas do Alentejo. Tornaram-se assalariados dos campos ou nas cidades, devido às altas rendas que tinham que pagar aos agrários ou aos rendeiros.

Os rendeiros eram uma força de opressão e exploração dos campos. A sua actividade produtiva directa era nula. Vivem da exploração do assalariados agrícolas.

Entre os cooperadores considera-se que à produção igual corresponda salário igual. Não fica nada mal aos rendeiros darem o corpo ao manifesto, integrando-se nas cooperativas, (caso raro aliás) dedicando-se eles próprios à colha do nabo e manejo de enxada, uma vez que estão interessa-

dos em comer. Os cooperadores oferecem-lhes condições de igualdade, em muito superiores às de desigualdade que os rendeiros lhes ofereciam antigamente.

Quanto à solução dos pequenos e médios agricultores, (tendo mesmo em conta que o papel do VI Governo é o de defesa dos interesses do capital) essa não passa pela tentativa de lesar os interesses dos antigos assalariados agrícolas. As necessidades de terra dos pequenos agricultores podem ser satisfeitas pelo senhor ministro sem lesar as cooperativas. O que mais há no Alentejo, é terra por atribuir. Já bastam as taxas de juro que os cooperadores pagam sobre os créditos que recebem. Taxas de juro essas que revertem para «ajuda» aos pequenos e médios agricultores não se sabe é como o senhor ministro poderá temer resolver o problema da mão-de-obra nos campos. Mão-de-obra que possa ser comprada ao desbarato pelos chamados médios agricultores, ou pequenos transformados em médios uma vez que a experiência cooperativa se alarga. Será que isso é uma das razões para que as ocupações cessem e as cooperativas se desmantelem? A necessidade de criar de novo uma situação de subemprego ou desemprego nos campos tendo em vista as necessidades de exploração capitalista?

A «IMPRODUTIVIDADE» DAS COOPERATIVAS

Neste momento, o CDS, o PPD e os agrários em geral intensificam a campanha contra as ocupações e as expropriações de terra. É provável que alguns se aquietem quando forem indemnizados. O VI Governo tenta dar-se com gregos e troianos. Dinheiro aqui, terras, acolá, tentando acalmar os apetites incansáveis da corja agrária. O remédio apropriado, seria sim serrar-lhes a boca ou as guelas. Mas não será o VI Governo que o fará. O VI Governo tem também os seus apetites que pretende satisfazer noutro sector da economia (indústria) à custa do operariado.

Um dos argumentos da propaganda da direita é o de que os cooperadores não trabalham, não produzem e somente delapidam a riqueza criada durante o período de dominação dos agrários. Neste trabalho, analisaremos alguns dados que demonstram o con-

trário além de se confirmar outros aspectos. Tendo em conta que, a) ao abrigo da lei as colheitas deste ano revertiam ainda a favor do agrário; b) que a maior parte das ocupações se processaram depois das últimas colheitas estarem realizadas; c) que os agrários sabendo o que os esperava, não alqueiraram as mesmas áreas que anteriormente; d) que houve clara sabotagem principalmente no respeitante a máquinas que foram desviadas das propriedades antes das ocupações; e) que houve desvio de gado e atrasos de entrega de sementes e adubos; verifica-se que apesar de tal, a produtividade agrícola aumentou em vários sectores e esse aumento marcante durante o ano de 76. Como diz o próprio ministro Lopes Cardoso «não houve efeitos nem acréscimos de produção já que o período de cultura estava passado. É caso para perguntar ao senhor ministro porque que é que as ocupações se fazem «quando o período de cultura estava passado» uma vez que parecendo estar preocupado com o «interesses da nação» deveria estar preocupado com as necessidades da nação em alimentar-se assim como com as necessidades dos despossuídos da nação (a maioria esmagadora) e não em facilitar a vida aos agrários que tem de acção, um conceito mais restrito.

ALCÁ CER

Na zona de Alcácer existem hoje 27 cooperativas prefazendo uma área total de 44 700 hectares dos quais 2500 são zonas de ragadio. O número de cooperadores em cada cooperativa era acordado com o Centro de Reforma Agrária tendo em conta as possibilidades das terras expropriadas.

Na zona de Alcácer criaram-se cerca de 700 novos postos de trabalho, em relação ao período de antes das ocupações. No total de cerca de 1500 cooperadores trabalham na zona expropriada. São 836 homens e cerca de 670 mulheres. Assim, cerca de 50 por cento do número total de postos de trabalho foram criados, depois da reforma agrária. Com o aumento das zonas desbravadas e cultivadas, maiores possibilidades de fixação poderá haver. (De resto na zona de Alcácer continuam a existir terras para se ocupar, faltando no entanto cooperadores — vide artigo anterior no Revolução).

Isto é um pequeno indicador, não só do estado de aproveitamento (mau) em que a zona se encontrava antes da reforma agrária mas também de como são inconciliáveis os interesses do capital e do trabalho. Os agrários faziam exploração intensiva da força de trabalho de cada trabalhador usufruindo de uma alta taxa de mais-valia, e as suas ideias de poupança (não emprego total da mão-de-obra existente) não tinham nada a haver com os interesses dos trabalhadores em necessidade de vender a sua força de trabalho, se em regime capitalista quisessem ter a possibilidade de sobreviver.

As áreas semeadas de trigo, cevada, aveia, centeio, tremoiça e pasta-

Úbal - uma experiência

gens, aumentariam como exemplo citamos a área de trigo. Antes das ocupações a área total semeada de trigo eram 935 hectares. Depois das ocupações a área total semeada de trigo nas cooperativas de Alcácer é de 3924 hectares. Um aumento acima dos 300 por cento apesar de toda a sabotagem. Apesar do desvio de gado feito pelos agrários, para fora das áreas que seriam ocupadas pelas cooperativas, verifica-se aumento do efectivo pecuário em várias cooperativas, feito por compra ou por troca entre os próprios cooperadores.

Os relativos pequenos aumentos do efectivo pecuário, devem-se aqui como



1 — Montante de adubos e sementes requisitados do ex-Grémio da Lavoura.

COOPERATIVAS	AUMENTO DO EFFECTIVO PECUÁRIO
Coop. de Casebras	147 porcos, 300 borregos, 30 cabras, 50 vacas, 860 ovelhas.
Coop. Cravos Vermelhos	189 ovelhas, 78 vacas, 2 toiros
Coop. 17 de Maio	178 vacas, 50 porcos
Coop. 18 de Novembro	3 vacas
Coop. Familiar	50 porcos
Coop. Janelas	126 leitões, 47 cabras, 1000 pintos.
Coop. Rosal Vermelho	32 vacas, 13 bezerros, 1 boi
Coop. Soldado Luis	69 porcos, 1 toiro, 92 vacas, 20 bezerros.

ADUBOS	TONELADAS		
	1973	1974	1975
CUF	258,0	136,5	603,5
SAPEC	315,0	250,0	60,0
TOTAL	553,0	386,5	663,5

ins de 75 a maior parte das terras seriam expropriadas.

SEMENTES			
	1973	1974	1975
Trigo	152.160	62.040	109.440
Cevada			48.450
Aveia		8.800	
Centeio			600
Tremocilho			53.900
Sevadela			160

Muito mais podia ter sido semeado mas como já vimos as áreas a a-semear não estavam alqueiradas e houve considerável atraso na entrega de sementes assim como de adubos. Apesar de menos significativo do que na zona de Alcácer houve um aumento de efectivo pecuário que não foi maior pelas razões já apontadas. Considerando globalmente 5 cooperativas da zona o aumento foi de 70 vacas, 0 bezerros, 160 ovelhas, 5 novilhos, 14 cabras, 28 porcos e um toiro. No respeitante ao parque de máquinas houve um aumento de 15 tractores, em relação ao período de antes das ocupações

ZONA NORTE DO DISTRITO DE SETUBAL — Existem 9 cooperativas que se constituíram em Novembro de 75, ocupando uma área de 9080 hectares dos quais cerca de 600 são de regadio. 185 homens e 130 mulheres o que representa um aumento de 110 novos postos de trabalho em relação ao período anterior. Neste zona (ocupada em Novembro) não houve ainda tempo para se verificar um aumento significativo nos efectivos pecuários e do parque de máquinas.

nas demais cooperativas, não só ao facto de haver dificuldades na aquisição de efectivos fora da zona, como também ao facto de o crédito para aquisição de gado ter estado cancelado. Quanto ao parque de máquinas, apesar dos desvios e roubos, feitos pelos agrários, apesar de sabotagem dos «stands» de máquinas, os cooperadores conseguiram na zona de Alcácer aumentá-lo e a solidariedade entre as cooperativas permitiu que as unidades de produção com maiores possibilidades mecánicas ajudassem as demais em carência de meios de produção. O aumento efectivo de parque de máquinas cifrou-se (nas zonas de cooperativas de Alcácer) em 7 tractores, 3 grades de disco, 2 reboques, 4 escaifadores, 1 espalhador de adubo, 2 charruas (dados aproximados colectados há cerca de 2 meses).

GRÂNDOLA — No concelho de Grandola existem 14 cooperativas ocupando uma área de cerca de 15 369 hectares dos quais 363 de regadio. Nas cooperativas consideradas em bloco, trabalham cerca de 300 pessoas; cerca de 200 homens e 100 mulheres. Desde as ocupações criaram-se cerca de 150 novos postos de trabalho em relação ao número de pessoas que anteriormente trabalhava na área; quer dizer um aumento de 50 por cento. Em Grandola, como em Alcácer é difícil fazer um estudo comparativo por falta de dados estatísticos sistemáticos. A análise dos elementos existentes e contactos possíveis asseguraram-nos no entanto uma evidente melhoria da situação. Analisemos alguns dados sobre a actividade das cooperativas da zona de Grandola onde as considerações a tecer são as mesmas que na zona de Alcácer.

PORQUE SOBEM OS PREÇOS?

Esta é uma pergunta que os «senhores governantes» têm procurado responder do alto do poleiro onde as lutas partidárias os conduziram. Depois das duras polémicas em nome da «pura democracia» que visavam o controlo da informação pelos sociais-traidores do PS e seus aliados do PPD, substituindo-se aos reformistas do PC, os trabalhadores acabam por ver na prática que a ditadura de um grupo se substitui à ditadura de outro grupo... e que os trabalhadores ficam de fora com o problema da mercadoria por resolver.

Que respondem às massas trabalhadoras os sapientes doutores, recitando as conclusões compiladas pelos vários secretários-gerais?... que a economia está mal, que produzimos menos que o consumo, que é necessário trabalhar mais para a nação, etc.

Este é o panorama que diariamente nos transmitem os órgãos da informação «pluralisticamente manobrados». O sem vergonha deste Governo de salvação da burguesia chega ao ponto de culpar as organizações da esquerda de alarmistas, por denunciarem nos seus comunicados a escalada dos preços da carne, dos ovos e da generalidade dos bens de consumo necessários às massas trabalhadoras.

Mas a verdade está bem à vista:

se os preços sobem não são os operários que os aumentam — estes não possuem fábricas nem meios de produção. Quem aumenta os preços são as classes possuidoras através do seu Estado, com o aval do reformismo, que sentado à mesma mesa dos interesses capitalistas «defende» os trabalhadores da completa exploração — para que não morram de fome e possam continuar a acumular a «mais-valia» necessária à reestruturação do capitalismo.

Este tem sido na verdade o papel do reformismo: manter uma cadeia no Governo burguês contra a promessa que o proletário sob o seu controlo se curvará dócil ao chicote da repressão... e dos aumentos de preços.

Não são as combinações nos gabinetes ministeriais que resolverão os problemas dos operários e camponeses. Não são soluções de óptica capitalista que resolvem de vez o preço do azeite, do óleo e dos adubos, etc. Quando se procura resolver os problemas da crise económica com sacrifícios para os trabalhadores, está-se na prática a resolver os problemas da crise do capitalismo: é dar força e revigorar a continuidade do capitalismo e da exploração. É impossível estar bem com Deus e com o Diabo, e este tem

sido na realidade o procedimento deste Governo.

A burguesia sabe tudo isto e como lutar para manter a sua supremacia: foi vê-los felizes após a derrota operária do 25 de Novembro a fazerem as compras para o Natal e Ano Novo, descansados e felizes que os «comandos» vigiavam a sua consoada. Mas a burguesia também sabe que a situação ainda não é completamente favorável para recuperar os aumentos de salários cedidos ao operariado durante o ascenso das lutas reivindicativas.

Terá que efectuar mais e mais aumentos de preços. Para isso, procura reforçar o seu poder de Estado e criar um exército profissional obediente e «disciplinado». Até lá fará os acordos necessários com os «sociais-traidores», antes de lhes dar o pontapé de saída juntamente com os reformistas de esquerda.

Para não nos enganarmos em política, há que não fazer cedências ideológicas: ou os trabalhadores fazem a Revolução e resolvem os problemas com a planificação da economia socialista, ou a burguesia faz a sua contra-revolução para resolver os problemas da sua crise capitalista.

Tal como ontem dizemos: REVOLUÇÃO SOCIALISTA ou FASCISMO.

M. E.

OS TRABALHADORES DO MAR PAGAM AS CLIENTELAS POLÍTICAS DOS PARTIDOS GOVERNAMENTAIS



Nos 35 navios da frota (bacalhadeira) trabalham cerca de 1000 tripulantes

OS MEIOS DE PRODUÇÃO

.. O abastecimento de peixe ao País conhece vários processos de produção e distribuição.

.. No sistema de produção podemos distinguir o método artesanal, em pequenos portos; a pesca costeira em arrastões, que é desenvolvida ao largo da costa de Portugal; e a pesca de alto que possui uma importante produção através das frotas de companhias estatizadas como a S. N. A. P. A. (Sociedade Nacional dos Armadores de Pesca de Arrasto); a C. P. P. (Companhia Portuguesa de Pesca).

.. A S. N. A. P. A. e a C. P. P. comportam 90 por cento dos navios da frota portuguesa. A produção anual é da ordem das 30.000 toneladas.

.. Estas companhias pescam nas costas da Mauritania e do Sahara Espanhol. O peixe é conservado na viagem de regresso por dois processos — refrigerado (gelo ou frio, 8° C.) e congelado (20° C.).

.. As companhias possuem navios refrigeradores (de pequena tonelagem — cerca de 100 toneladas em média).

A C. R. C. B. (Companhia Regulado-

ra do Comércio de Bacalhau), ligada à Secretaria de Estado das Pescas, coordena a compra de peixe congelado.

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PESCADORES

.. Nos 35 navios da frota trabalham cerca de 1000 tripulantes. Cada navio possui uma tripulação de 25 a 27 homens.

.. A pesca do alto é feita com arrastões e efectua-se em viagens de 35 a 50 dias. Os pescadores trabalham e descansam em terra o número de domingos passados no mar (normal de 8 ou 10 dias); o ordenado mensal é de 3730\$00 e mais 0,675 sobre o valor da venda do pescado. Além disso vivem nos navios em péssimas condições de higiene, habitabilidade (12 por camarata) e segurança.

PEIXE LARGADO AO MAR

.. As companhias são deficitárias pois os preços alcançados em lota e os preços do peixe congelado comprado pela C. R. C. B. não contemplam os

preços da produção, e não permitem o justo pagamento dos salários, a renovação e conservação da frota.

.. O estado de permanente situação deficitária em que são mantidas as empresas devido a uma completa ausência de intervenção de todos os governos no sector intermediário, permite manter os pescadores sob a ameaça da paragem imediata, impossibilitando o melhoramento da sua qualidade de vida a todos os níveis.

.. Devido ao sistema de lota e ao esquema em que são feitas as remunerações com um ordenado base muito baixo e uma percentagem sobre a venda dos pescadores obrigam-se a deitar ao mar parte da produção, aproveitando o peixe de maior valor comercial, reflexo das relações capitalistas do mercado.

Isto traz como consequência «positiva» o aumento do valor de venda do pescado e consequente aumento de percentagem para o pescador. Como consequências negativas, traz a obrigatoriedade de compra pelo consumidor de peixe que é sempre caro; traz também como consequência negativa para o pescador a eterna submissão do esquema de competição e de exploração.

A DISTRIBUIÇÃO

O peixe refrigerado é vendido em lota e o peixe congelado é vendido totalmente à C. R. C. B.

Este último deveria através de correctos sistemas de distribuição e processamento chegar em óptimas condições ao consumidor e principalmente a um baixo preço.

O que se verifica é o não aparecimento de peixe congelado a preços acessíveis pois a maior parte é desviado do circuito pelos grossistas e pelos retalhistas, descongelado à força e vendido como peixe fresco e a preços incomportáveis.

Todos os maus tratos que este peixe sofre nos circuitos de distribuição e venda vão tornar um alimento que seria de primeira qualidade em algo com má aparência, com pouca aceitação pelo público e além disso caro.

A LUTA DOS TRABALHADORES

Pois, é esta manga do «velho regime» que interessa definitivamente sanear. Interessa sanear e edificar uma nova mesmo pegando no que se tem,

e isto no interesse não só dos pescadores, que são trabalhadores do mar explorados, como de todos os trabalhadores deste País que assistem assim à escalada do custo de vida a níveis que eles não podem comportar.

É contra toda esta injustiça praticada, é contra a exploração e por melhores condições de trabalho, que os pescadores desencadeiam desde Agosto de 1975, concretamente na C. P. P., uma luta pela satisfação das suas reivindicações. Assim tem reunido em plenários de trabalhadores e apoiado a Comissão de Trabalhadores. Em 16 de Outubro o litígio agravou-se no navio Alverca.

A luta estende-se a outros navios e depois de muitas dificuldades conseguem acordar com a C.R.C.B. uma tabela de preços que fixava uma média de 28\$00 por kg de pescado. Este valor seria o mínimo para além do qual a Companhia teria prejuízo.

Este protocolo foi assinado pelas Companhias estatizadas pelo Sindicato Livre dos Pescadores e a Federação dos Sindicatos do Mar, na condição de o peixe congelado não ser comercializado descongelado, assim como não ser vendido na lota como peixe fresco, ou possa ser confundido com este.

Por outro lado, os contratos de auto-



... peixe descongelado à força e vendido

rização de pesca com a Mauritania expiaram em 31 de Dezembro e necessitam de ser renovados.

Por tudo isto exige-se que o Governo tome medidas concretas que ponham cobro a estas situações.

Há que intervir no sector interme-

LUTAR CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Neste primeiro mes do ano, muitas foram as empresas em que os despedimentos colectivos se efectivaram, por vezes com a ajuda da G.N.R. Muitos trabalhadores despedidos tem sido ajudados por trabalhadores de outras empresas. Em algumas, a luta contra os despedimentos é também uma luta contra o boicote económico dos capitalistas nacionais e estrangeiros.

CONTRA O AUMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO

Perante as tentativas do patronato e das administrações de aumentarem o horário de trabalho ao mesmo tempo que as contratações colectivas são suspensas, os trabalhadores recusam-se, denunciando o aumento de exploração a que pretendem submeter.

Na Soda Póvoa, nos CTT, nos Sorefame luta-se pela imposição do horário de trabalho proposto pelos plenários de trabalhadores.

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

A nível, regional e nacional, realizou-se plenários de Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais para estudar a situação das empresas e dos diferentes sectores de actividade, bem como as formas de luta a adoptar face à actual situação. No encontro de trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas, organizado pelo Secretariado Provisório Pró-Conselho de Trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas no qual participaram delegados de Comissões de Trabalhadores e de muitas empresas do ramo e delegados de várias estruturas sindicais; foram estudados os problemas mais prementes que se põem aos trabalhadores bem como procuradas algumas soluções e formuladas reivindicações a fazer de imediato.

Foi aprovada a realização de uma paragem de trabalho de duas horas, como forma de luta contra a política antitribalhadora do Governo, durante a qual deverão ser realizados plenários em que os trabalhadores discutirão as formas de luta a adoptar contra o congelamento do CCT, tão recentemente conquistado, bem como contra o aumento do custo de vida. A discussão da actual situação política e económica, mobilizará sem dúvida a classe para a luta, com uma combatividade e compreensão política ainda maior que aquela que assistimos acerca de dois meses.



peixe fresco e a preços incomportáveis

var todo o peixe ao consumidor a um preço acessível e justo.

Por tudo isto os trabalhadores tem que estar organizados. Sem organização não se teria chegado ao actual nível de luta e sem organização mais forte, não se avançará mais; e parar significa recuar. Só uma Revolução Socialista em que alterem fundamentalmente as relações de produção, e através de uma planificação da economia se poderá perspectivar a solução deste problema em termos inteiramente justos. Pois uma Revolução Socialista seria eliminada todo o circuito parasitário dos intermediários e atribuir-se-ia o justo salário aos pescadores.

O consumidor deve saber que ao pagar o peixe paga-o tres vezes mais caro que o preço de venda do produtor. Onde ficam estes 300 por cento. Será nos pescadores? Não, esses ganham apenas 6,5 por cento.

A classe operária, as massas trabalhadoras tem visto na prática que a única maneira de conseguir as vitórias é através da união e organização. Temos agora que nos organizar mais e melhor para a vitória final.

MANIFESTAÇÃO REALIZADA NA COVILHÃ

Realizou-se uma manifestação na covilhã, dia 14, contra o aumento do custo de vida, apoiada pela Esquerda Revolucionária, P.C. e sindicatos.

Foi esta a maior manifestação operária que se realizou na Covilhã, onde houve paralisações das maiores empresas para aderirem à manifestação.

Finalizou com o Hino Nacional, sendo cantada posteriormente a Internacional.

Sobre a movimentação operária na Covilhã escrevemos detalhadamente no próximo número.

TRIBUNAL POPULAR EM BEJA

Desde o 25 de Novembro, a burguesia recupera fôlego depois de ter passado momentos difíceis. Os trabalhadores vêem cada vez mais ameaçadas as suas conquistas e a burguesia é encorajada a nível do poder, fazendo processos contra os ocupantes.

Contra as ocupações revolucionárias das Comissões de Moradores de Beja, os senhorios agarram-se às leis burguesas, tentando desalojar trabalhadores que viviam em precárias condições.

No dia 6/1/76 em Beja o Tribunal, decidiu fazer uma acção de despejo ao operário José Amílcar e sua família. Acção esta movida pela fascista Joaquina da Silveira, o que não conseguiu levar a cabo, devido ao rápido alertar de todos os trabalhadores e moradores feito pelas Comissões de Moradores de Beja.

Foi efectuada a concentração junto à casa do camarada José Amílcar para evitar a desocupação. Momentos depois foi informado a todos os trabalhadores e moradores ali presentes, que a desocupação não se daria.

Dali os trabalhadores dirigiram-se para as escadarias do Tribunal e constituíram-se livremente em Tribunal Popular, onde a presidência do Tribunal foi formada por representantes da Inter-Comissões de Moradores da cidade de Beja e as Associações de Moradores dos Bairros do Pelame e Esperança, pela Comissão de Moradores de Santa Vitória e 10 Comissões de Trabalhadores.

Como não apareceu ninguém a depor a favor da fascista Joaquina da Silveira ou do juiz, foi feita a acusação em relatos do queixoso e doutros trabalhadores que expuseram a já longa

prática de opressão e exploração sobre o povo, da fascista Joaquina da Silveira e denunciaram a complicidade dos tribunais burgueses em todas as manobras dos inimigos dos trabalhadores.

Então o povo constituído em Tribunal Popular deliberou:

— Que é inteiramente correcta e justa a constituição deste Tribunal Popular, pois ele tomou a forma de uma ampla assembleia de massas em que todos podiam expor livremente os seus pontos de vista perante os olhos dos trabalhadores.

E deliberou em sentença:

— Condenar a fascista Joaquina da Silveira e o tribunal burguês na pessoa do juiz que deu a ordem de despejo como culpados de crime por tentativa de roubar a habitação ao operário José Amílcar, e considerá-los como INIMIGOS DO POVO DE BEJA e de todo o Alentejo.

— Avisar solenemente os juizes e os tribunais burgueses que o povo de Beja não está mais disposto a tolerar as suas decisões arbitrarias sempre ao serviço dos exploradores, e que responderá com a Justiça Popular de massas a todas as provocações do fascismo e seus lacaios.

O povo aqui reunido e constituído em Tribunal Popular tem plena consciência de que estas decisões e a Justiça Popular só poderão ser inteiramente aplicadas quando for derrubado o capitalismo e o poder estiver nas mãos dos operários, dos camponeses e demais trabalhadores. Por isso mesmo o Tribunal Popular de Beja apela a todo o povo trabalhador de Portugal a unir-se para esmagar de vez o fascismo, acabar com o capitalismo e toda a exploração.



Os leitores do «Revolução», simpaticizantes ou não da linha política do P.R.P., podem considerar-se de parabéns pela apresentação de artigos teóricos, onde se pretende elucidar a classe sobre problemas ideológicos e alertá-la para as sucessivas degenerescências, que tem transformado o movimento operário numa componente das lutas burocrático-parlamentares, desencadeadas em seu nome.

Tem contribuído muito para essa degenerescência, a proliferação de auto-proclamadas vanguardas, de cunhos estalinistas ou desvios social-democratizantes de organizações ditas revolucionárias.

A par da desmistificação de partidos ou agrupamentos, reclamando-se do marxismo-leninismo, deve competir aos revolucionários desenvolver e dar a conhecer ao proletariado, a única organização consequentemente anticapitalista e comunista, que será a expressão orgânica do poder proletário, os CONSELHOS OPERÁRIOS.

Compete ao P.R.P., assim como a outras organizações políticas, fazer a propaganda do comunismo dos conselhos, sabendo de antemão, que a República dos soviets implicará a supressão de toda a burocracia partidária e sindical, pela auto-organização dos trabalhadores, que exercerão a sua democracia directa; a Ditadura do proletariado.

Como contribuição para a teoria dos conselhos operários, apresentamos este artigo muito inspirado e várias vezes transcrito de teses de homens directamente ligados, como comunistas que eram, ao movimento autónomo das massas: Pannekoek, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lenine, Otto Ruhle.

OS CONSELHOS OPERÁRIOS

... A verdadeira organização de que tem necessidade os operários no processo revolucionário, é uma organização em que cada um participa, de corpo e alma, tanto na acção como na direcção, em cada um pensa, decide e age, mobilizando todas as suas dificuldades — um bloco perfeitamente unido de pessoas plenamente responsáveis. Os dirigentes profissionais não tem lugar numa tal organização. Bem

entendido: Terá que haver disciplina, a disciplina revolucionária que resulta do cumprimento das decisões democraticamente assumidas pelo conjunto dos trabalhadores. Mas nunca o exercício do poder operário poderá deixar de competir à totalidade dos operários. (A.Pannekoek)

Se os trabalhadores não se organizarem numa base unitária, nos seus locais de trabalho e habitação, uma organização dinâmica fortemente estruturada, a fim de responderem tacco a tacco à repressão capitalista, se eles endossarem as suas responsabilidades a órgãos que só minimamente os representam, na medida em que alienaram o seu poder a chefes burocráticos, tanto partidários como sindicais, o mais certo é acabarem dirigidos por funcionários agindo do exterior em seu nome. Esses «representantes» de pressão se tornarão os senhores da organização e deixam de encarnar os verdadeiros interesses revolucionários dos trabalhadores.

A luta sindical, reivindicativa e económica, está, na maior parte das vezes, enfeudada a interesses que lhe são estranhos (partidos), é uma fonte de burocracia onde os trabalhadores estão obrigados, a par do pagamento da quota, a obedecer aos seus dirigentes. Nada mais falso que afirmar que a luta sindical é uma luta pela liberdade. A luta pela liberdade é negar aos dirigentes o poder de decisão em nosso nome e decidido por nós; é participar nas lutas directamente, é pensar e decidir por nós próprios, é assumir revolucionariamente as responsabilidades.

Não é fácil para os trabalhadores decidir autonomamente o que é justo e correcto, mas é a única via para a sua completa e verdadeira emancipação. Doutra forma, é dar azo a que a dominação capitalista, seja substituída por outra dominação igualmente exploradora.

Como escapar à tutela burocrática de sindicatos e partidos?

A resposta é a organização autónoma em conselhos, formados por delegados eleitos e revogáveis em qualquer momento.

Os conselhos são a forma mais acabada de democracia proletária, a sua forma orgânica, a base de uma nova sociedade, que lançará no caixão

SOBRE OS C E A DITADU

te do lixo da História todas as formas de democracia parlamentar-burguesa.

Cada classe que, pelo processo histórico, atingir o poder, deve criar os seus órgãos genuínos de governação. Conforme o parlamentarismo foi uma característica da Revolução burguesa, os conselhos operários serão as formas específicas da organização, que no decorrer do processo revolucionário virão a substituir a antiga organização estatal, tomando o lugar do parlamentarismo, forma política do Estado burgues.

Enquanto na democracia parlamentares burguesas reagrupam os cidadãos segundo o seu círculo eleitoral, pondo no mesmo pé, indivíduos pretencentes a classes diferentes e antagónicas, na democracia dos conselhos (os soviets), os operários estão representados na fábrica, constituindo uma unidade de produção.

Numa situação revolucionária, eles estão em contacto uns com os outros, trocando os seus pontos de vista: vivem nas mesmas condições e possuem interesses comuns. A organização de conselhos, a partir dos locais de produção é a única forma possível de realização do poder popular.

Enquanto na democracia parlamentar estão representados todos os habitantes do país, no sistema de soviets só os trabalhadores estão representados. São, pois, uma forma de organização, apontando a ditadura do proletariado.

Conforme nos ensinaram Marx e Engels, o processo de luta de classes engendra naturalmente os órgãos de ditadura do proletariado: os soviets.

As classes intermédias entre o proletariado e a burguesia (campesinato, produtores independentes, os intelectuais), como extractos sem projecto histórico, oscilam entre os campos da Revolução e da contra-Revolução.

Põe-se aqui o problema da possibilidade de alianças para a formação do bloco histórico revolucionário. A tarefa que se põe ao proletariado é atrair a si ou neutralizar esses extractos sociais ou, caso necessário, combater-os resolutamente. Compete à classe decidir a forma como deve tratar essas franjas sociais e não decidir cegamente a aliança, que historicamente originou toda a espécie de degenerescências burocráticas e pequeno-burguesas da ditadura do proletariado.

A Revolução socialista aponta no sentido da extinção do Estado, e como nos ensinou Engels, «ao Governo dos homens sucederá a administração das coisas». «No processo revolucionário, o antigo poder estatal será destruído e os órgãos que vierem a substituí-lo

— os conselhos operários — terão certamente ainda por algum tempo poderes políticos importantes, a fim de se combater os vestígios do sistema capitalista. Porém, as suas funções políticas ir-se-ão reduzindo gradualmente a uma simples questão económica — a organização do processo de produção colectiva dos bens necessários à sociedade» (A.Pannekoek).

CRÍTICA DO ESTALINISMO

Os partidos comunistas que se encontram no poder, nos países a que nos habituámos a considerar como socialistas, romperam definitivamente com a teoria conselheira, esvaziando os soviets de todas as suas características originais.

Os partidos comunistas da Europa Ocidental comprometem-se na prática reformista, aceitando acriticamente a via parlamentar para alcançar o poder. Esses partidos adoptaram a tese de Estaline de que a base para a conquista do poder passa pelo parlamentarismo, recuperando as teorias mencheviques/socialis-democratas do revisionismo antigo, kautskista dos anos que antecederam a I Guerra Mundial imperialista. Para os estalinistas, a sociedade industrial contemporânea não comporta um ordenamento de efectiva democracia proletária por conselhos e o socialismo não se pode construir a partir da ruptura com o aparelho estatal tão eficientemente montado pela burguesia, mas utilizando as instituições democrático-parlamentares. Esta tese, tão do agrado de Kautsky, lembramos que também foi defendida por Lenine, fazendo parte da estratégia bolchevique. A utilização do Parlamento burgues pelos partidos que se reclamam não só do estalinismo, mas também do leninismo em geral, é perfeitamente coincidente com a concepção expressa por Kautsky (ver em «Parlamentarismo e Democracia»): «julgamos ter demonstrado que num grande Estado moderno, o centro decisivo da actividade política está necessariamente no seu parlamento; e também julgamos ter demonstrado que isto não representa minimamente um mal para o proletariado, porque no curso da sua luta, o proletariado desenvolve uma série de atitudes que o põem em condições de utilizar o parlamentarismo para os seus próprios objectivos».

Esta argumentação reformista é significativamente semelhante à utilizada pelos estalinistas (e não só) actuais, que põem a classe a reboque de remotas vantagens obtidas na repressão parlamentar a sua integração (necessariamente minoritária nos

CONSELHOS OPERÁRIOS PARA DO PROLETARIADO

órgãos burgueses da administração, a subalternização revisionista e contra-revolucionária da existência de órgãos de poder popular, e sua redução a órgãos de vontade popular, o seu esquema de alianças, que põe a classe sob a liderança da pequena burguesia e/ou da aristocracia operária. Em suma, torna-se evidente a sua concepção reformista e revisionista de Revolução, quando a reduzem ao etapismo menchevique-estalinista (Revolução democrática e popular ou democrática e nacional), em vez de proporem a Revolução socialista. É que a Revolução socialista significa na sua consolidação não só a falência das teorias social-democratizantes e pequeno-burgueses que adoptaram, como a própria destruição dos seus partidos, dos seus sindicatos, e a instauração de um poder novo: a ditadura do proletariado, exercida pelos órgãos autónomos livremente eleitos pelos trabalhadores no caminho da extinção do patronato, do salariado, do Estado, no caminho do comunismo.



Em qualquer país onde estale a Revolução proletária, o seu primeiro acto será a formação de conselhos operários e de soldados — R. Luxemburgo

SOBRE A TOMADA DO PODER

Um Governo que seja revolucionário, deve ter como objectivos a defesa da Revolução pelo poder dos trabalhadores, dos conselhos de operários e de soldados. Rosa Luxemburgo escreveu a respeito do processo revolucionário em gestão: «em qualquer país onde estale a Revolução proletária, o seu primeiro acto será a formação dos conselhos operários e de soldados».

Com isto queria dizer que o contrapoder criado pelos trabalhadores em oposição ao Estado burguês deverá liquidar toda a ordem antiga, o aparelho de dominação, não só político, mas também económico: «o socialismo deve ser criado por meio das massas, por meio de cada proletário. Ali, onde as massas estão acorrentadas, é que as cadeias devem ser quebradas. Apenas isso é socialismo, apenas assim se pode realizar o socialismo». (R. Luxemburgo).

Não chega derrotar e desbaratar

a antiga ordem: é necessário tudo destruído, para que o poder dos trabalhadores entretanto criado possa substituir o caduco aparelho de dominação burguês, exercer a sua ditadura, até à extinção total das classes e a sua expressão política institucional: o Estado.

A tomada do poder não pode estar entregue a um partido, mas sim à grande maioria dos proletários organizados pela proliferação dos conselhos revolucionários nos locais de produção e de habitação, nas fábricas, nos campos, nos quartéis. O contrário é jacobismo, ou seja, a delegação da luta a novos senhores, que não exercerão a ditadura do proletariado mas a ditadura sobre o proletariado. É, pois, perniciosa a condição das massas por auto-proclamadas vanguardas, construídas exteriormente à classe. É, pois, infinitamente perigoso o enfeudamento da classe às estruturas burocráticas que a conduzem — partidos e sindicatos — pois nelas existe o germen da degenerescência, por

não corresponderem à sua auto-organização, por serem formadas por profissionais, que pretendem deter nas suas mãos contra panacea de todos os males da sociedade.

A classe operária só se pode tornar a classe dominante, se estiver em condições, não só de abater o velho aparelho burgues de dominação mas, sobretudo, de substituí-lo por um novo. E é no local de produção que a batalha, a travar com o seu fulcro. É o conselho de fábrica que se converterá num modelo do Estado proletário.

A organização autónoma e revolucionária do proletariado em conselhos é uma luta anticapitalista consequente, não se subordinando a quaisquer etapas ou alianças de circunstância, é na essência a ditadura do proletariado opondo-se como um verdadeiro poder ao Estado burguês, ao patronato capitalista.

Só esta organização autónoma será capaz de realizar a Revolução socialista. Segundo Lenine a Revolução socialista «somente pode ser realizada com êxito se a maioria da população e, antes de mais nada, a maioria dos

trabalhadores, for capaz de realizar uma actividade historicamente criada e autónoma. Compete aos comunistas, como parte mais consciente da classe, é a sua grande tarefa difundir nas massas a consciencia e a vontade revolucionária para «converter o proletariado de executor em criador, de massas em chefe e guia, de braço em cérebro e vontade», como Gramsci o indicou em 1920.

Compete aos comunistas organizar o proletariado de forma a que ele faça desaparecer a distinção entre ricos e pobres, grandes e pequenos, patrões e assalariados, governantes e governados.

OS SOVIETES E A LEGALIDADE BURGUESA

D... Como organização autónoma do proletariado os conselhos (soviets) não se tem que regulamentar pela legalidade burguesa.

Como escreveu Gramsci, «o conselho é a negação da legalidade industrial, tende a destruí-la a cada instante, tende a conduzir a classe operária à conquista do poder industrial».

Neste sentido, os conselhos escapam à legalidade burguesa, são instituições ilegais e a sua formação provoca uma situação de crise revolucionária.

Ultrapassando todas as tentativas burguesas, reformistas e dirigistas, os conselhos tendem a converter-se de organizações de luta de uma classe em organização de exercício do poder. É o salto qualitativo que transforma as lutas económicas em lutas políticas em que, ao proletariado depois de tudo reivindicado, só lhe resta reivindicar o poder: é a Revolução socialista.

O espontaneísmo revolucionário, de que a auto-organização do proletariado é tão rica, corresponde inteiramente à teoria marxista da Revolução: Relação entre espontaneidade e a consciencia revolucionária (massas e vanguarda), rumo à ditadura do proletariado, como crítica da democracia parlamentar a proposta revisionista/reformista de Kautsky, retomada por Lenine em «Que Fazer?» — a consciencia revolucionária, como elemento exterior levado à classe pela ciência burguesa, institucionalizada no partido, produziu a degenerescência jacobina e burocrática da Revolução socialista.

Pois é esta a solução que os stalinistas, de agora e de sempre advogam como sendo a única para a conquista do poder pela classe: as teorias do partido como Estado-Maior e de que não há Revolução sem partido.

Conhecemos já os efeitos que essas teorias tiveram, originando a degenerencia burocrática, na U.R.S.S. e deamais estados operários.

SOCIALISMO E DITADURA DO PROLETARIADO

A ditadura do proletariado é um «Estado em vias de extinção» (Engels), é a fase que se segue ao poder da burguesia derrubado pelo proletariado, implantando-se o socialismo.

Mas o socialismo não é uma sociedade nova que cresce dentro da velha: é uma alternativa possível que só pode tornar-se real através de um salto dialéctico e qualitativo, destruindo todo o universo social existente.

Na sociedade capitalista, a função dos conselhos não é de auto-gestão, pois a estrutura económico-social não o permite. A função dos conselhos deve ser a destruição da estrutura capitalista e sua substituição por outra, na qual a liberdade e a participação se convertam nos motores do desenvolvimento, e seja possível superar a distinção entre economia e política, entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A DEMOCRACIA PROLETÁRIA E OS CONSELHOS

Os conselhos, como expressão da democracia directa, são em si um germen da destruição do Estado e da concepção burguesa da democracia representativa. Os conselhos não são organismos de tipo parlamentar, são o que Marx escreveu acerca da Comuna de Paris:

«A Comuna é um organismo de trabalho legislativo e executivo ao mesmo tempo.»

A teoria burguesa da divisão de poderes, não tem cabimento na sociedade socialista, onde todas as instâncias governativas são eleitas e revogáveis a todo o momento, onde não existem falsas independencias de magistrados e juizes, pois eles também serão eleitos e revogáveis.

Nesse sociedade, o homem tomará os seus destinos nas suas próprias mãos, e não entregará às mãos de burocratas, governando em seu nome.

A democracia proletária, com seus órgãos próprios, eleitos por todos os produtores, será a plena realização da palavra de ordem inscrita na bandeira do movimento operário.

«A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.»

INGLATERRA

Estrutura e fins da organização sindical inglesa

De passagem por Portugal estiveram vários delegados sindicais de base ingleses que de visita ao P. R. P. fizeram as seguintes declarações:

Revolução — Sucintamente podem descrever-nos a estrutura sindical inglesa e a margem de manobra de militantes não reformistas dentro da estrutura sindical?

D. Sindical — Existem em Inglaterra cerca de 12 milhões de sindicalizados. A estrutura sindical é mais ou menos assim: no topo o aparelho burocrático centralizado à volta dos conselhos executivos que dirigem os sindicatos todos filiados numa confederação. Ao nível de cada sindicato existe por cada dois mil e quinhentos membros, um funcionário responsável perante o conselho geral do sindicato e não perante a base. A confederação negocia com o Partido Trabalhista e o Governo todas as questões políticas e económicas. Em cada local de trabalho há delegados sindicais eleitos pelas bases que constituem o comité de fábrica. A estes comités é reconhecido pela burocracia sindical poder para intervir somente ao nível interno de fábrica e não para o exterior. Não lhes é reconhecido o direito de contacto inter-fábricas. Em alguns sectores, os comités de fábrica estão ligados organizacionalmente entre si, apesar de tais comités inter-fábricas não serem aceites pela estrutura sindical. Os comités de fábrica pretendem ser representantes da base que os elege enquanto que a burocracia sindical pretende que os comités sejam representantes dos sindicatos junto das bases. Até à data uma das fraquezas tem sido a ausência de uma estrutura nacional entre os comités de fábrica que cubra todo o país. É nessa tentativa que se investem os esforços dos militantes de esquerda.

Revolução — Como se realiza o processo de eleição nos sindicatos?

D. Sindical — Os comités de delegados sindicais são eleitos todos os anos e são responsáveis perante as bases. As cúpulas de cada sindicato são eleitas de três em três anos ou de 5 em cinco anos e em alguns casos não são sequer eleitos. Os conselhos executivos de confederação nunca são eleitos. Todo este aparelho burocrático toma as decisões que lhe aprouver, sem consultar as bases, enquanto que os comités têm de submeter ao julgamento das bases, as recomendações que achem adequadas e é das bases que recebem as decisões a executar.

Revolução — Tendo em vista o desemprego, qual tem sido a actividade solidária dos comités?

D. Sindical — Em Inglaterra há cerca de um milhão de desempregados. A confederação tem colaborado com o Governo no aumento do desem-

prego. Isto tem provocado grande debate entre as bases e seus comités e há algumas semanas, apesar das proibições da própria confederação sindical houve uma manifestação de cerca de 20 mil militantes de base contra o desemprego.

A nossa palavra de ordem é que as fábricas, encerradas pelos capitalistas (crise económica) devem ser nacionalizadas sob o controle dos operários dessa fábrica sem que qualquer indemnização seja paga ao proprietário, ao contrário do que até à data tem acontecido.

O problema das nacionalizações (grande parte das indústrias nacionalizadas são geridas de modo a apresentar prejuízo como modo de subsidiar a indústria privada) tem de ser explicado no meio operário pois o uso a que as têm submetido, levou a um descrédito. Tem por outro lado de ser propagandeada a nacionalização em conexão com o controle operário.

Revolução — Como tem reagido a classe operária inglesa à questão de desemprego?

D. Sindical — Uma alta percentagem de desemprego ocasiona receio no movimento operário, receio de lutar por melhores salários e não se pode separar o desemprego existente em Inglaterra do problema de congelamento dos aumentos salariais, que não podem aumentar mais de 6 por ano. (E a confederação sindical recomendou a aceitação deste congelamento). A luta contra o desemprego está ligada à luta contra o aumento do custo de vida e congelamento de salários. Em Inglaterra é vulgar verem-se nos jornais fotos de dirigentes sindicais ingleses conjuntamente com representantes da organização do patronato, recomendando a união entre operários e patrões na luta contra a inflação o que significa claramente um apelo para que o operariado inglês salve o capitalismo.

Temos de estar atentos, e nas fábricas onde há ameaças de despedimentos devem ser promovidas as ocupações o controle do equipamento e exigida a nacionalização sob o controle operário.

Revolução — Quais os investimentos, que no sector social, têm sido feitos e dos quais vocês, operários, beneficiam?

D. Sindical — A questão habitacional é catastrófica. Há um grande número de pessoas sem habitação que são forçadas a ocupar prédios velhos e abandonados. As ocupações têm-se generalizado em certas zonas. Ao mesmo tempo continua-se a construir luxuosos arranha-céus e os ricos usufruem de vivendas sumptuosas. Temos um serviço de saúde grátis que foi uma conquista dos trabalhadores a seguir à Segunda Guerra Mundial. Apesar da discriminação existen-

te contra as crianças de origem operária, a educação é possibilitada a largos sectores. Temos reformas para velhos e deficientes. A par da baixa do nível de vida da classe operária tem havido a tentativa de reduzir esses benefícios tentando empobrecer ainda mais o operariado inglês.

Revolução — Quais as perspectivas imediatas que se abrem à classe operária inglesa?

D. Sindical — Temos derrotado o Governo em todas as suas tentativas de nos atingir seja através dos congelamentos salariais seja através de leis que nos retirariam as nossas liberdades sindicais. Isto tem acontecido até ao ponto de se derrubarem Governos apesar do colaboracionismo das cúpulas sindicais. Outro exemplo, foi o caso da derrota do Governo pelos mineiros em resultado da solidariedade dos

trabalhadores da indústria automóvel. Neste momento estamos numa situação decisiva: os patrões bem organizados e a burocracia sindical controlada, tentam derrotar a força do movimento operário através do desemprego. Eles sabem que uma bicha de desempregados à porta de uma fábrica diminui a militância dos que, dentro da fábrica, ainda trabalham, a não ser que consigamos contrariar as manobras do patronato. Tem que se ligar a luta dos desempregados à dos empregados. Impor o direito ao trabalho. Estamos conscientes de que à medida que vamos intervindo em número cada vez maior se contribuirá para a politização do movimento operário inglês. Os militantes começam a compreender que a única força em que se podem apoiar é a da classe, pela sua acção organizada.

ACERCA DA BOMBA NO SAAL COMUNICADO DO PRP — PORTO

Hoje, 14 de Janeiro, cerca das 3 horas da madrugada explodiu uma carga de alta potencia nas instalações do SAAL.

Esta acção da burguesia contra um organismo que tem procurado apoiar os trabalhadores e resolver os seus problemas de habitação mostra-nos bem que os patrões e os seus lacaios estão dispostos a esmagar as conquistas das classes exploradas. E isto é tanto mais grave quanto o actual Governo de Pinchoet Pinheiro de Azevedo se esforça por fazer cair sobre os ombros dos trabalhadores o custo da recomposição dos lucros das contas bancárias dos capitalistas.

A bomba no SAAL, os ataques a militantes revolucionários, as rajadas assassinas da GNR em Custóias, as cargas dos comandos em Caxias, por um lado o custo imparável dos preços dos bens de primeira necessidade, o congelamento de salários por outro são um ataque concertado e feroz ao movimento operário e às conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

Perante esta situação a classe operária e os trabalhadores tem que dar uma resposta energética que faça recuar as investidas da reacção e forças fascistas que avança a passos largos.

Sob pena de a burguesia desencadear o seu golpe fascista final, os trabalhadores deverão evitá-lo, mobilizando-se em torno de problemas concretos como sejam: a repressão económica (aumento do custo de vida), realizando plenários nos seus órgãos de classe (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, conselhos revolucionários) onde se discutam a aprovem formas de luta antes de fazer recuar o avanço da classe exploradora e do capital sobre os operários, camponeses soldados e marinheiros.

Deve concretamente nesses mesmos plenários de bairro ou de fábrica discutir-se formas de unidade e organização contra a repressão terrorista da burguesia opondo a esta a **violencia revolucionária e sua utilização PARA A TOMADA DO PODER** pelos trabalhadores pela via da insurreição armada.

FORA COM A CANALHA QUE EXPLORA QUEM TRABALHA!
ABAIXO O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
CONTRA O TERRORISMO FASCISTA — INSURREIÇÃO ARMADA!
UMA SÓ SOLUÇÃO — REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Porto, 14 de Janeiro de 1976

O Secretariado do Norte

TIMOR

NOTAS RELATIVAS À SUA HISTÓRIA RECENTE QUE CARACTERIZAM A LUTA DE LIBERTAÇÃO

A GUERRA RELAMPAGO

A «rápida» campanha indonésia, que devia durar quatro ou cinco dias arrasta-se há quatro ou cinco meses e não passou duns metros da costa:

1.º — a resistência popular que, apesar de 15, a 20 000 vítimas, civis, causou já 6 a 8000 baixas militares inimigas.

2.º — A imperícia dos invasores — lançar pára-quedistas sobre zonas de vegetação luxuriante e deixá-los, como em Bacau, pendurados nas árvores e depois... é só colhe-los;

3.º — Impreparação e consequente desmotivação política das tropas que se perderam sistematicamente nas veredas da montanha, acabam por se entregar às Falintil e querem é regressar a Java onde os esperam os familiares.

O IMPÉRIO ESTREMECE

O prolongamento da guerra produz já alguma divisão na hierarquia militar indonésia. A morte de militares, chefes de famílias tradicionalmente numerosas, acarretam graves problemas sociais e são já frequentes as recusas ao alistamento.

Também a deslocação de javaneses para as Molucas do Sul, para substituir oficiais daí que marcham para Timor suscita reacções do caos. Possuem entretanto nessas ilhas, mas sobretudo em Bornéu, Sumatra e Nova Guiné Indonésia, movimentos separatistas de orientação progressista que possuem já áreas libertadas. A conjugação dos seus esforços seria o fim de Suharto.

ABASTECIMENTO EM TEMPO DE GUERRA

Quase toda a população de Timor-Leste vive agora nas zonas montanhosas já que o litoral norte foi em parte abandonado aos invasores. Ai se praticam as culturas tradicionais, nomeadamente, do arroz, cujas plantações os indonésios tem tentado destruir com bombas incendiárias, ineficazes dada a grande pluviosidade da zona. Entretanto, sempre que possível, fazem-se incursões à costa para capturar material indonésio. Daí o dizer-se, aliás como é regra na guerrilha, que o exército de Suharto é a melhor fonte de reabastecimento.

TIMOR TEM PETRÓLEO

O mar do litoral sul impede praticamente todo e qualquer desembarque. No entanto, a área de Suai foi repetidamente tentada ocupar, mas em vão. Motivo: o petróleo, que os timorenses exploram por métodos artesanais, conseguindo contudo extrair o combustível para quase todos os veículos da ilha.

PRECAUÇÃO

Não reina grande segurança mesmo no sector ocidental da ilha de Timor. Assim todos os militares indonésios ali residentes mas naturais da zona leste, foram previamente desarmados.

LIBERALISMO

O actual governo liberal da Austrália, mais à direita que o anterior trabalhista, não permite (1) que levatem do seu território aviões (mesmo

particulares) com destino a Timor, impedindo assim jornalistas de relatar a resistência da Fretilin bem como medicamentos para socorrer as populações isoladas. Greves amplas de trabalhadores australianos tem protestado contra esta falsa «neutralidade».

ANEDOTA

Consta que a delegação portuguesa na ONU (e não só...) teria pedido aos ministros da Fretilin que não disses-

sem publicamente muito mal de Portugal...

PORTUGAL É UM HOTEL

Bacau foi seis vezes fantasiadamente considerada invadida pela Indonésia e por cada falhanço o deputado PPD Angelo Correia se inquietava na Assembleia pela sorte de Timor. Explicação: o inqueito constituinte era encarregado duma cadeia internacional de hotéis com filial em Bacau...

ENCONTRO ENTRE UMA DELEGAÇÃO DA FRETLIN E DO GOVERNO DE TIMOR E O PRP

Realizou-se no sábado passado, dia 10, um encontro entre uma delegação da Fretilin e do Governo de República Democrática de Timor-Leste e a Direcção do Partido Revolucionário do Proletariado (P.R.P.) representada por alguns membros do Secretariado Político na sede deste partido.

As duas delegações procederam ao exame da situação política em ambos os países, nomeadamente as consequências da criminosa invasão indonésia realizada ante a passividade cúmplice do Governo português.

Resaltou da análise feita o insucesso dos invasores em ocupar território face à resistência heróica do povo timor e o consequente êxito da estratégia militar praticada pelas valorosas Fretilin.

Perante mais esta evidente identificação da população com a sua vanguarda política, a Fretilin, menos admissível se torna a atitude do VI Governo em não reconhecer a independência de Timor-Leste. Atitude inaceitável, que urge denunciar e combater, mas que vem na linha de uma crescente submissão ao imperialismo americano de que o não reconhecimento do Governo da República Popular de Angola, proclamado pelo M.P.L.A. é exemplo vergonhoso e esclarecedor.

No final da entrevista, que continuou o encontro havido em Luanda a quando das comemorações da independência angolana, estudaram-se diversas formas de solidariedade internacionalista e, em particular, o apoio material necessário ao povo de Timor em luta.

P'lo Sector de Relações Internacionais

MENSAGEM DO PRP AO COMICIO DA ETA, UPG E PSAN

CAMARADAS

No momento em que a repressão da burguesia fascista se abate violentamente sobre os trabalhadores portugueses, assaltando cooperativas e casas de revolucionários, fazendo saneamentos, mentindo descaradamente nos seus órgãos de Informação, prendendo militares e civis revolucionários, acusando-os de implicação no golpe de 25 de Novembro e disparando criminosamente sobre milhares de trabalhadores que manifestavam a sua solidariedade a estes presos;

No momento em que os trabalhadores no Estado espanhol lançam a burguesia numa contradição que é por um lado a necessidade de uma maior liberalização que lhe permita manter relações económicas com o capitalismo social-democrata europeu, e, por outro, a necessidade de reprimir as lutas dos trabalhadores, que vão quebrando pouco a pouco os pilares do seu sistema.

Torna-se clara a necessidade de os revolucionários e os trabalhadores tomarem nas suas mãos as rédeas da História organizando-se para derrubar o poder da burguesia, destruindo o seu aparelho político-militar e construir

uma nova sociedade — a sociedade socialista — onde não haja mais a exploração do homem pelo homem.

Acabar de uma vez para sempre com a exploração capitalista é o objectivo da classe operária e de todos os revolucionários.

CAMARADAS:

O capitalismo mundial está em crise.

Fome e miséria se avizinha para os trabalhadores.

Vivemos uma época de revolução.

Camaradas revolucionários lutam em Angola, na América Latina, no Oriente. O capital recua raivosamente na sua lenta, mas certa agonia. O Vietname é testemunha.

Aqui, na Europa, medidas repressivas se preparam contra os trabalhadores, o desemprego cresce e os passos gigantescos, o aumento do custo de vida é sentido no estomago dos trabalhadores.

Continua na pag. 15

CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA CONTRA A FOME CONTRA A EXPLORAÇÃO

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

1 — O VI Governo prometeu cancelar os aumentos de preços e até baixar alguns géneros essenciais. Os dias passam os preços continuam a subir e os produtos a faltar, como a carne, o leite, a manteiga, os ovos e outros. O Governo dos partidos no poder, promete para não perder a clientela nas eleições que se avizinham. Os grandes intermediários e açambarcadores organizam, às claras e com a cumplicidade do Governo, o mercado negro dos produtos que venham a ser tabelados. Entretanto, zonas de grande concentração operária como: Alcochete, Barreiro, Almada, Corroios e há mais de dois meses em Setúbal, os trabalhadores organizados em comissões de moradores e seus secretariados de Freguesia e Concelho adquirem todas as semanas directamente das cooperativas: couves portuguesas a 3\$00 cada, repolho a 4\$00, laranja 5\$00/Kg, nabos a 5\$00 o molho, nabças a 2\$50, cenouras a 6\$00, azeite a 50\$00 o litro, e feijão frade a 18\$00/Kg.

Os grandes agrários e intermediários organizam-se a nível nacional com o E.L.P., M.D.L.P., C.D.S., P.P.D., P.D.C., e toda a corja de reacçãoários e exploradores. A partir dos seus plenários de Rio Maior, Braga e Algarve, ameaçam isolar pela fome os trabalhadores das cidades, como meio de pressão para atingir com a entrega das herdades colectizadas e destruição do poder popular dos operários e trabalhadores do campo.

2 — Porque razão não se põe fim ao aumento de custo de vida, à miséria dos trabalhadores?

Porque este Governo é o Governo dos patrões, sejam eles reformistas sociais democratas ou liberais.

Porque neste Governo, há elementos fascistas que destruíram a Rádio Renascença à bomba; que prenderam oficiais e trabalhadores revolucionários; que mataram a tiro trabalhadores indefesos em Custóias; que tentaram pisar os deficientes vítimas de guerra e os manifestantes de Caxias, com os chaimites do Jaime Neves, que destruíram quantidades enormes de materiais e géneros alimentícios para não aproveitar ao povo da República Popular de Angola; que ameaçam o povo com centenas de pides que já soltaram.

A polícia do Governo da burguesia é aumentar os preços dos produtos comprados pelos trabalhadores para nos comermos os aumentos salariais que conquistámos pela luta depois do 25 de Abril.

Os capitalistas com a cumplicidade dos governos provisórios, saquearam as empresas, fugiram com reservas para o estrangeiro, boicotaram o control operário, a gestão dos trabalhadores e acusam os trabalhadores do descalbre da economia e da desordem.

O Governo não organiza nem apoia o sector nacionalizado. O Governo boicota as iniciativas dos trabalhadores.

O Governo prepara a entrega das Empresas nacionalizadas e das herdades colectizadas aos antigos exploradores.

A grave crise económica, o Governo responde gastando o nosso dinheiro no armamento dos comandos e recrutamentos de mercenários, no armamento e duplicação do efectivo da G.N.R., na fascização da TV, da Rádio e dos Jornais. O Governo prepara o terror e a mordacção dos trabalhadores.

O aumento de preços, a falta de géneros e o desemprego vão favore-

cer a formação de bandos de marginais e o aumento da criminalidade. O Governo e os patrões reacçãoários através da imprensa, da rádio e da TV, que nós pagamos, vão dizer ao povo que é preciso ordem e disciplina para produzir mais, que os militantes revolucionários que organizam a luta contra a exploração, são inimigos do povo, os repressores das lutas dos trabalhadores e são apresentados como heróis nacionais.

Entretanto a burguesia tem medo e por isso pratica crimes de desespero, tem medo da organização e da luta dos trabalhadores e tem medo dos milhares de armas que voaram dos quartéis.

3 — Que fazer?

Os assaiariados rurais do Alentejo ocuparam as terras que eles, os pais e os avós deles sempre trabalharam. Organizaram-se depois em cooperativas e herdades colectivizadas para a produção, venda e defesa do produto do seu trabalho.

É no decorrer da solidariedade activa «defesa armada do I.R.A. e da reforma agrária» que os operários de Setúbal e os trabalhadores rurais de Alcácer do Sal, organizam a venda directa dos produtos das cooperativas às comissões de moradores e trabalhadores. A organização está em vias de se estender a todo o Distrito de Setúbal, havendo também iniciativas deste género em Lisboa, Porto e outras localidades.

Simultaneamente Empresas controladas pelos trabalhadores, organizam vendas directas dos seus produtos às cooperativas e a outros trabalhadores. São estas iniciativas em que os preços de especulação foram eliminados, que a imprensa burguesa calunia de venda ao desbarato.

Isto é já poder popular, isto é já control operário.

Os trabalhadores unem-se, organizam-se e armam-se para acabar com a canalha que nos explora e impor definitivamente uma economia e um Governo dos trabalhadores.

4 — Os militantes do P.R.P., como sempre, lutam pela unidade da classe operária e demais trabalhadores na base de objectivos discutidos e aprovados. O P.R.P. defende a necessidade de uma resposta em massa da classe operária ao regime de terror da burguesia no Governo. Nestas condições as direcções regionais de Lisboa e Margem Sul, do P.R.P. apoiam a concentração convocada pelos sindicatos para o Estádio 1.º de Maio no dia 17. Ao tomar esta decisão o P.R.P. tem em conta o sentimento de adesão colectiva a esta jornada mas chama a atenção dos trabalhadores para o carácter reformista do manifesto dos sindicatos e do aproveitamento eleitoralista desta jornada.

O P.R.P. chama ainda a atenção para o carácter grave e atentório dos interesses da classe, neste momento das manobras divisionistas e sectárias de controlo levadas a cabo por militantes de alguns partidos, envolvidos nos secretariados convocadores das jornadas de 16 e 17 e impedindo a sua unificação.

FORA COM A CANALHA QUE EXPLORA QUEM TRABALHA CONTRA O PODER DA BURGUESIA — VIVA O PODER POPULAR UNIR, ORGANIZAR E ARMAR PARA A REVOLUÇÃO TRIUNFAR

As Direcções Regionais de Lisboa e Margem Sul do P.R.P.

ÉVORA COMÍCIO DO PRP

Na última semana foram levadas a cabo diversas actividades pelo P.R.P., de entre as quais se destacam alguns plenários de militantes em Lisboa e Margem Sul e um comício no dia 8 em Évora.

Há a registar a presença de mais 600 trabalhadores.

O tema dominante no comício foi a análise da situação política, económica e social, do País, com especial relevo para a escalada da direita depois do 25 de Novembro, e a necessidade da criação de comités unitários revolucionários, lutando assim numa frente unitária para fazer face à onda repressiva que se abate, neste momento, sobre os trabalhadores.

Após as intervenções dos camaradas do P.R.P., seguiu-se um debate, confrontando-se ideias sobre o momento actual.

O NORTE E A LIGAÇÃO CIDADE-CAMPO

Continuação da pag. 5

problema das eleições, parece-me um passo importantíssimo e não sei se com isto tudo chegaremos à altura e estaremos minimamente organizados e até lá se possa fazer um trabalho em conjunto que responda a isto. O custo de vida foi subindo e que resposta é que nós temos dado a isto?

«Esta reunião é importantíssima, mas tem que sair daqui algo estruturado.»

— Estão aqui representantes do povo de Gaia, de Matosinhos, do Porto,

de Gondomar, temos de ter união, temos de ter força e eu neste momento acho importante reforçar os órgãos de base, reforçar o poder popular. Todos nós devemos formar intercomissões e avançar na aliança operária-camponesa.

Aos camaradas recomendamos uma nova e atenta leitura sobre para que aponta o PRP sobre alicha operária-camponesa, em trabalho saído no último «Revolução» (págs. 10, 11, 12 e 14), com o título «A Questão Agrária»

A ARMA

PISTOLA WALTHER MODELO PPK CALIBRE 7,65 mm

Este modelo, o PPK, da Walther apareceu em 1931. Na foto, pode ver-se em A — corredeira; B — mola recuperadora; C — cano; D — patilha de segurança; E — cão; F — Gatilho; G — carregadores, sendo um deles de modelo especial, com prolongamento do punho



Depois de um intervalo "Revolução"
volta a trazer armas... em fotografia

MENSAGEM DO PRP AO COMÍCIO DA ETA, UPG E PSAN

Continuação da pág. 13

Em Portugal a burguesia com o golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro, começa a mostrar a sua autentica face, não cabendo mais na sua casaca democrata e pluralista é obrigada a recorrer a repressão violenta e criminosa sobre os trabalhadores.

É no mesmo 25 de Novembro que se acabam as ilusões e sonhos de «pacifistas» e democratas. A maior parte dos trabalhadores deste País já se aperceberam de que a única alternativa ao fascismo é a revolução socialista. Os acontecimentos de Custóias mostram que contra as armas dos fascistas não se pode combater com pedras.

Os acontecimentos de Custóias e de Caxias, do 25 de Novembro, em resumo, a História da humanidade demonstram claramente que sem violência revolucionária não se muda a sociedade capitalista. Em nenhum país do mundo os trabalhadores tomaram o poder pacificamente.

Em nenhum país do Mundo se combatem os xércitos da burguesia com pedras ou com canções.

Os trabalhadores precisam para enfrentar as armas dos mercenários fascistas das mesmas armas.

Organizados unitariamente, nos seus órgãos de poder — comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, comissões de soldados e marinheiros — devidamente coordenados e centralizados assaltarão vitoriosamente a fortaleza do capital reaccionário e fascista e implantarão a mais ampla democracia para todos os explorados — a ditadura do proletariado.

Os trabalhadores tem que se organizar para a tomada do poder ou o nosso País será o Chile da Europa.

Esta mesma situação faz-nos lembrar Espanha.

A classe operária do Estado espanhol é das que tem uma mais rica tradição de luta. A insurreição proletária que se deu contra o golpe militar fascista de Franco em 18 de Julho de 1936 comoveu o Mundo inteiro e só foi destruída após 3 anos de dura luta. A insurreição proletária espanhola é uma experiência que nenhum revolucionário deve desconhecer; apesar de ter sido derrotada, não só pelas manobras fascistas mas também pelas

manobras de gabinete, a classe operária mostrou então a sua força e o seu poder, foi derrotada mas não vencida, e as derrotas marcadas com sangue são difíceis de esquecer.

Hoje as notícias que nos chegam de lá confirmam-nos já a sua preparação para um novo confronto. A classe operária e os trabalhadores do Estado espanhol, apesar da repressão criminosa a que se veem submetidos, apesar de seus militantes serem assassinados no garrote, reclamam o que lhes pertence, lutam e mostram já as armas que em breve derrubarão a burguesia; a sua força é imparável. Estamos certos de que em breve conseguiremos arrancar as liberdades necessárias para se organizarem e destruírem definitivamente o poder burgues. Estamos certos de que a Revolução socialista está próxima.

Por isto e pela situação que se vive no nosso País somos movidos a apoiá-los porque sabemos que temos na classe operária, no povo trabalhador do Estado espanhol os melhores aliados que saberão dar ao proletariado e ao povo português a ajuda de que necessita.

Saudamos os camaradas da E.T.A., U.P.G., P.S.A.N. (p) pela sua luta pelo socialismo porque pensamos que no Estado espanhol não haverá socialismo, se os trabalhadores não tomarem o poder, se não se resolverem os problemas de opressão nacional que sofrem estes povos.

Queremos manifestar através das organizações aqui presentes a nossa solidariedade militante aos trabalhadores e a todos os revolucionários do Estado espanhol.

Porque a luta é a esma, unidos venceremos.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA E O POVO TRABALHADOR DO ESTADO ESPANHOL!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA E O POVO TRABALHADOR DE PORTUGUÊS

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

A VITÓRIA É CERTA; A LUTA CONTINUA!!!

Porto, 4 de Janeiro de 1976

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES. POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

Enquanto a direita se reorganiza, os trabalhadores vão ganhando forças aqui e acolá e explodem pontos de rotura nesta superfície sob pressão.

Estas explosões pontuais passam talvez despercebidas porque os grandes meios de Informação estão enfeudados na quase totalidade ao silêncio mediocre da social-democracia. Por outro lado, as lutas que se dão actualmente dão-se com a força e a gravidade de actos medidos e pensados, contando com a presença inimiga da burguesia reforçada. E por isso perderam muito do folclorismo e do democratismo que muito do 25 de Novembro fazia de cada luta um espectáculo, onde por vezes nem tudo dizia respeito à luta de classes. Nesta explosão de alegria e de poder dos trabalhadores, que foi o processo que decorreu desde o 25 de Abril e que já ninguém nos pode roubar, também houve muito de manipulação partidária na organização e nas lutas e também houve muito romantismo de quem estava de fora e muito gosto pequeno-burguês de muitos observadores que disfrutaram estes dias históricos.

Mas hoje os trabalhadores e os militantes olham-se cara a cara e é o momento da verdade. O 25 de Novembro passou a organização e as lutas dos trabalhadores pela peneira do confronto, do risco. Hoje, tudo quanto ficou verdadeiramente na luta é o mais sério e o mais duro que existe neste lado da barricada. E pode ser, hoje de novo, o início de uma bola de neve.

É assim que se mexe e rebola a massa dos trabalhadores. São os têxteis que se agitam, que fazem sequestros de patrões na Covilhã. São os metalúrgicos, é a construção civil, são as cooperativas agrícolas. Serão os trabalhadores que de todo o lado virão no dia 17, juntar e demonstrar a sua força. São os trabalhadores que já mostraram na Covilhã no dia 14 que eram capazes de fazer uma manifestação onde a unidade revolucionária juntou o maior número de pessoas de que a cidade se lembra.

É nesta nova luta reflectida que os trabalhadores se vão organizando. Mas a gravidade do momento tem de nos ensinar a todos que acabou a situação em que a adesão a uma causa e a militância são dadas a conta-gotas. Hoje os homens mais conscientes do proletariado (e os mais conscientes são muitos) têm de levar até ao fim a sua dedicação à revolução. Na organização das massas e na organização partidária é o momento dos homens e das mulheres mais conscientes dizerem se querem fazer a revolução socialista ou se querem o fascismo dentro de seis meses. Não há possibilidade de fugir a esta escolha.

Porque entretanto a burguesia organiza-se a um ritmo que não depende da militância de ninguém. Os especialistas que vêm do imperialismo para ensinar como fazer uma policia política não são militantes. Nem o



Revolução

Há oito dias, no dia 8, foram deslocados para Santarém doze militares presos anteriormente em Custóias. Foram transportados em helicóptero e estão no Presídio de Santarém. Razão dada para esta deslocação e para a separação deste grupo em relação aos outros presos: foram, segundo as autoridades, os mais activos na luta em Custóias. Há um único civil entre os presos de Santarém — Raul Moreira da Luz, ex-comando e hoje empregado bancário, que participou na operação Maio-Nordeste.

NOVA ALIANÇA PARA AS ELEIÇÕES

Como se sabe o grupo dissidente do PPD formou uma associação chamada CEERESD. Consta que este grupo de personalidades se ligará ao PS para questões eleitorais. É natural dentro do rearranjo das forças partidárias.

B A «esquerda» do PDP vem para o PS a «esquerda» do PS vai para o PC. Mas a esquerda do PC vem para os revolucionários. Donde não sai esquerda nenhuma. É assim que quem sai engrossado neste baralho de cartas são os revolucionários.

O QUE QUER FAZER O PODER À MANIFESTAÇÃO DE 17

Espera-se para o dia 17 uma grande concentração de trabalhadores ligados pela luta contra o aumento do custo de vida, o desemprego e a repressão. Mas sabemos também que o Poder se prepara também para esta manifestação. É assim que mandou preparar companhias da GNR de Santarém, Setúbal e Leiria, para intervir em Lisboa se necessário. Vamos voltar aos velhos tempos? Mas os trabalhadores cresceram neste ano e meio...

CORREIO DO POVO E 25 DE ABRIL

Na quarta-feira, dia 14, os trabalhadores do «Correio do Povo» fizeram uma conferência de Imprensa, que foi completamente boicotada pela Imprensa actual. «Correio do Povo» era a revista feita no Ministério da Comunicação Social para os emigrantes e actualmente suspensa. Iguualmente suspenso está o jornal «25 de Abril» feito na Secretaria da Informação e destinado também aos emigrantes desde que esta secretaria de Estado está nas mãos do PPD. Toda a organização dos emigrantes leva a marca do capitalismo fascista que é o PPD e entretanto é editado em português para o estrangeiro uma revista de impressão luxuosa chamada «Portugal Informação».

são os mercenários de P. M. Nem tão pouco os bombistas do Porto e de Braga. Mas há uma coisa que são: eficientes. A burguesia sabe escolher os seus instrumentos.

É sobre estes instrumentos que o poder vai caminhando e praticando as prepotências. Hoje são três famílias que são expulsas de casas ocupadas na Estrada de Benfica. Amanhã serão todos os jornalistas que forem tão pouco manobráveis (seja por quem fôr) como era Abelaira na «Vida Mundial». A direita progredirá à medida que puder ir dando passos. E à medida que puder ir dando passos.

E à medida que homens como Maltês e outros vão sendo soltos e fiquem disponíveis para as novas arrancadas.

Entretanto toda a social-democracia e todo o reformismo se vão voltando para as eleições. Todos, desde o sr. Salgado Zenha e a sua falta de vergonha até brioso ao «Avante» e o seu reformismo, pensam, falam e embrulham os problemas em nome da luta eleitoral. É também contra as eleições que os trabalhadores têm de lutar desde já. Não lhes serve a lição do ano passado?